

Paisagens e resistência na diáspora africana: cinco séculos do dendê na Bahia

Case Watkins

Doutor em Geografia e Antropologia. Professor da James Madison University, Virginia, EUA.

Tradução:

Rafael Barbi Costa e Santos.

† Uma tradução adaptada do artigo originalmente publicado como: WATKINS, C., 2018. Landscapes and resistance in the African diaspora: Five centuries of palm oil on Bahia's Dendê. **Coast. Journal of Rural Studies** 61, 137–154. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.04.009>.

Paisagens e resistência na diáspora africana : cinco séculos do dendê na Bahia

Resumo:

Este trabalho pesquisa o desenvolvimento a longo prazo das paisagens de dendê no nordeste brasileiro no estado da Bahia. Em contraste com as monoculturas agroindustriais que dominam a produção global, o dendê na Bahia emerge de uma paisagem cultural biodiversa construída através de cinco séculos de um intercâmbio socioecológico transatlântico. Nativas da África Ocidental, as palmeiras-de-óleo-africanas (*Elaeis guineensis* Jacq.) se disseminaram no Novo Mundo com a expansão colonial ultramarina, estabelecendo-se na Bahia no século XVII. Ali, as palmeiras ajudaram a formar uma paisagem cultural complexa e biodiversa que continua a suprir as demandas alimentares e espirituais locais pelo dendê - um recurso essencial em muitas expressões culturais afro-brasileiras. Estendendo-se aproximadamente 70 quilômetros ao sul da capital Salvador, as paisagens tradicionais de dendê da Bahia são agora oficialmente chamadas de Costa do Dendê, usando o termo de inspiração afro-brasileira Kimbundu Bantu para o óleo de palma. Historicamente, oficiais coloniais e a elite brasileira mostraram pouco interesse na economia do dendê da Bahia, concedendo-o efetivamente aos afrodescendentes até meados do século XX. Desde então, uma série de intervenções modernas de desenvolvimento tem procurado transformar as paisagens complexas e biodiversas da Costa do Dendê em uma monocultura de dendê, baseada numa variedade híbrida melhorada. No entanto, apesar dos esforços recorrentes de cima para baixo, os dendezais *emergentes* ou "subespontâneos" e as paisagens policulturais tradicionais continuam a dominar o uso da terra na região. Baseado em etnografia, interpretações da paisagem, arquivos e análise geoespacial, este trabalho analisa o desenvolvimento histórico da economia do dendê na Bahia, relatando cinco séculos das mudanças socioecológicas na Costa do Dendê. O estudo integra obras geográficas recentes da diáspora africana com teorias de *legibilidade* e *complexidade* para compreender a contínua proliferação das paisagens tradicionais de dendê da Bahia apesar da promoção de monoculturas modernas.

Palavras-chave: paisagem afro-brasileira, diáspora africana, óleo de palma, ecologia política, complexidade

Paisajes y resistencia en la diáspora africana: cinco siglos de aceite de palma en Bahía

Resumen:

*Este trabajo investiga el desarrollo a largo plazo de los paisajes de palma aceitera en el nordeste de Brasil en el estado de Bahía. En contraste con los monocultivos agroindustriales que dominan la producción mundial, la palma aceitera en Bahía emerge de un paisaje cultural biodiverso construido a lo largo de cinco siglos de intercambio socioecológico transatlántico. Originaria de África Occidental, la palma africana (*Elaeis guineensis* Jacq.) se difundió en el Nuevo Mundo con la expansión colonial ultramarina, estableciéndose en Bahía en el siglo XVII. Allí, las palmeras han ayudado a formar un paisaje cultural complejo y biodiverso que continúa abasteciendo las demandas alimentarias y espirituales locales de la palma aceitera, un recurso esencial en muchas expresiones culturales afrobrasileñas. Extendiéndose aproximadamente 70 kilómetros al sur de la capital, Salvador, los paisajes tradicionales de palma aceitera de Bahía ahora se llaman oficialmente Costa do Dendê, utilizando el término Kimbundu Bantu de inspiración afrobrasileña para el aceite de palma. Históricamente, los funcionarios coloniales y la élite brasileña mostraron poco interés en la economía de la palma aceitera de Bahía, otorgándosela efectivamente a los afrodescendientes hasta mediados del siglo XX. Desde entonces, una serie de modernas intervenciones de desarrollo han buscado transformar los paisajes complejos y biodiversos de la Costa do Dendê en un monocultivo de aceite de palma, basado en una variedad híbrida mejorada. Sin embargo, a pesar de los esfuerzos verticales recurrentes, las palmas de aceite emergentes o "subespontáneas" y los paisajes policulturales tradicionales continúan dominando el uso de la tierra en la región. Basado en*

etnografía, interpretaciones del paisaje, archivos y análisis geoespacial, este trabajo analiza el desarrollo histórico de la economía de la palma aceitera en Bahía, relatando cinco siglos de cambios socioecológicos en la Costa do Dendê. El estudio integra trabajos geográficos recientes de la diáspora africana con teorías de legibilidad y complejidad para comprender la proliferación continua de los paisajes tradicionales de palma aceitera de Bahía a pesar de la promoción de los monocultivos modernos.

Palabras clave: paisaje afrobrasileño, diáspora africana, palma aceitera, ecología política, complejidad

Landscapes and resistance in the African diaspora: five centuries of palm oil on Bahia's Dendê Coast

Abstract:

*This paper examines the long-term development of palm oil landscapes in the northeastern Brazilian state of Bahia. In contrast to the agroindustrial monocultures that dominate global production, palm oil in Bahia emerges from a biodiverse cultural landscape constructed through five centuries of transatlantic socioecological exchange. Native to West Africa, African oil palms (*Elaeis guineensis* Jacq.) diffused to the New World during colonial overseas expansion, becoming established in Bahia by the seventeenth century. There, the palms helped form a dynamic and complex cultural landscape that continues to supply local alimentary and spiritual demands for palm oil—an essential resource in many Afro-Brazilian cultural expressions. Historically, colonial officials and Brazilian elite showed little interest in Bahia's palm oil economy, effectively conceding it to Afro-descendants until the mid-twentieth century. Since then, a series of modern development interventions have sought to transform the complex, biodiverse landscapes of the Dendê Coast into a legible oil palm monoculture based on an improved hybrid variety. Yet despite recurrent top-down efforts, emergent or “subspontaneous” groves and traditional polycultural landscapes continue to dominate land use in the region. Drawing on ethnography, landscape interpretations, archives, and geospatial analysis, this paper analyzes the historical development of Bahia's palm oil economy, recounting five centuries of socioecological changes on the Dendê Coast. The study integrates recent geographical treatments of the African diaspora with theories of legibility and complexity to comprehend the ongoing proliferation of Bahia's traditional palm oil landscapes despite top-down promotion of modern monocultures.*

Keywords: Afro-Brazilian landscape, African diaspora, palm oil, political ecology, complexity





Introdução

Como o óleo vegetal mais produzido na Terra, o óleo de palma também está entre seus produtos mais controversos.² Tipicamente produzido em monoculturas agroindustriais instaladas em ambientes de florestas tropicais no Sul Global, o desenvolvimento moderno de óleo de palma é um dos principais contribuintes globais para o desmatamento, erosão da biodiversidade, liberação de gases de efeito estufa e grilagem de terras (FITZHERBERT, et al. 2008; UNEP, 2011; PYE; BHATTACHARYA, 2013; RIVAL; LEVANG, 2014; LINDER; PALKOVITZ, 2016; FAS, 2017). O sudeste asiático representa atualmente 85% da produção mundial, mas a indústria continua a se expandir na América Latina (ESCOBAR, 2008; JOHNSON, 2014; CASTELLANOS-NAVARRETE; JANSEN, 2015; 2016; POTTER, 2015). Historicamente um ator menor, o Brasil renovou recentemente as iniciativas para expandir o desenvolvimento do óleo de palma em sua região amazônica, que representou 87% da produção nacional em 2015 (VILLELA et al., 2014; BACKHOUSE, 2015; IBGE, 2016). Os 13% restantes vieram do estado nordestino da Bahia, onde é referido como *dendê*, segundo o termo afro-brasileiro inspirado em Kimbundu Bantu. Lá as paisagens e programas de desenvolvimento do dendê derivam de uma história muito mais longa e de colaborações culturais-ambientais mais complexas (CARNEY; WATKINS, 2021; HARTLEY, 1965; BALICK, 1979, 1985; WATKINS, 2011; 2015a; 2015b; 2021; WATKINS; VOEKS, 2016;) (Figura 1).³

Nativas da África Ocidental, as palmeiras-de-óleo-africanas (*Elaeis guineensis* Jacq.) se difundiram para os neotrópicos no início da expansão colonial, estabelecendo-se na Bahia no século XVII. Ali as palmeiras co-constituem uma paisagem cultural biodiversa cuja origem e composição ecológica permanecem indissociáveis das decisões e preferências humanas (SAUER, 1925; WHATMORE, 2002, 2006). Construídas ao longo de séculos de intercâmbios socioecológicos transatlânticos, essas paisagens continuam a fornecer as demandas tradicionais de azeite-de-dendê, um ingrediente essencial na culinária e nas práticas religiosas afro-brasileiras (LODY, 1992; 2009). Como seus antecedentes na África Ocidental, o azeite-de-dendê vermelho cru produzido na Bahia contrasta marcadamente com os óleos de palma industrialmente fracionados, branqueados e desodorizados que são comercializados internacionalmente. O azeite-de-dendê não refinado produzido localmente distingue muitas das iguarias mais reverenciadas da Bahia – incluindo moqueca e acarajé – com carotenoides antioxidantes provitamina A, ácidos graxos e vitaminas E (MBA, DUMONT E NGADI 2015). Desenvolvidas em colaboração com culturas gastronômicas de matriz africana, as paisagens de dendê da Bahia permanecem como monumentos vivos da agência africana na transformação do Novo Mundo (CARNEY; ROSOMOFF 2009).

Em 1993, a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia declarou formalmente a região como a Costa do Dendê, destacando o termo afro-brasileiro para óleo de palma em um reconhecimento formal às paisagens diaspóricas que passaram a simbolizar a região (Bahia 1993) (Figura 2). Marcada por uma palmeira útil de origem africana e que funciona como a base eco-

2 Em termos de rendimento total ou “oferta mundial” nos doze meses até abril de 2017, o óleo de palma representou 62,79 milhões de toneladas métricas de óleo vegetal, enquanto seu rival mais próximo, o óleo de soja, representou 54,56 MT; ver FAS (2017).

3 Refiro-me ao “dendezeiro”, “dendê” e “azeite de dendê” para significar o *Elaeis guineensis* Jacq. e seus frutos e óleos conforme estabelecido e produzido na Bahia. “Óleo de palma”, “azeite de palma” e a “palmeira-de-óleo-africana” referem-se ao óleo e à árvore de forma mais genérica. Enquanto os *Elaeis guineensis* encontrados na África e na Bahia são biologicamente e geneticamente idênticos, a distinção nominal aqui empregada atende às histórias sociais e ecológicas entrelaçadas que definem o dendê como uma criação afro-brasileira específica enraizada na Bahia, na diáspora africana e no mundo atlântico. Os órgãos governamentais brasileiros também afirmam essa distinção. Os brasileiros referem-se ao óleo de palma usado na culinária incondicionalmente como “dendê”, ou “azeite-de-dendê”, mas um recente projeto de desenvolvimento do governo brasileiro refere-se ao termo mais reconhecido internacionalmente em seu título, “Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo”; (ver BRASIL 2018).



Fig. 1: Um dendezal “subespontâneo”, ou emergente, de dendezeiros ao redor de uma casa na Costa do Dendê da Bahia, distrito de Curral de Igrapiuna, Bahia (2012).

lógica das culturas afro-brasileiras, a Costa do Dendê representa assim uma verdadeira paisagem afro-brasileira e uma fonte vital para a subsistência regional, recursos culturais e nutrição (WATKINS, 2021).⁴ Apesar de seu valor econômico e cultural, a economia do dendê da Bahia recebeu apenas pouca atenção dos oficiais coloniais e brasileiros de elite até meados do século XX. Desde então, os esforços recorrentes de modernização não conseguiram impor um controle sobre a economia tradicional e suas paisagens biodiversificadas.

Este trabalho conecta a narrativa histórica com a análise contemporânea da economia e dos programas de desenvolvimento do dendê da Bahia, examinando como as distintas e complexas paisagens da região continuam a perseverar, apesar de décadas de intervenções de cima para baixo. Baseada em métodos mistos de pesquisa, essa análise reconstrói um longo período de mudanças socioecológicas na Costa do Dendê e examina as iniciativas modernas de desenvolvimento que buscam transformar suas paisagens e economia.

O artigo prossegue com uma descrição dos métodos, seguida de uma breve discussão dos referenciais teóricos utilizados. A análise é dividida em sete seções e subseções, a primeira descrevendo as origens africanas e as trocas atlânticas que se coalesceram para produzir as paisagens de dendê, ou seja, os *dendezaís* da Bahia. A seção subsequente detalha a emergência da paisagem afro-brasileira com subseções distintas que explicam os papéis do manguezal (ecossistema de mangue), as policulturas de corte-e-queima e as várias formas de resistência afro-brasileira que colaboraram para criar as paisagens e a economia de dendê da Bahia. As duas últimas seções discutem os processos de desenvolvimento na economia regional de dendê e as tentativas de modernização no século XX, bem como suas consequências inesperadas.

Métodos mistos

Os métodos e fontes que dão sustentação a este trabalho incluem arquivos e outros textos, várias formas de pesquisa etnográfica, interpretações da paisagem e análise geoespacial. A análise textual investigou documentos de arquivo, relatos de viajantes e raros textos históricos e científicos secundários. As principais coleções que foram consultadas para este trabalho incluem as que se encontram no Arquivo Público do Estado da Bahia em Salvador e no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Os métodos etnográficos envolveram entrevistas semi-estruturadas e “relativamente não-estruturadas”, histórias de vida e orais, grupos focais informais, observações dos participantes e interpretações da paisagem (CRANG; COOK, 2007, P. 60; LATHAM, 2003; WATSON; TILL, 2010). De 2009 a 2015, eu iniciei 370 entrevistas com 453 pessoas diferentes: 41 entrevistas em 2009, 321 em 2012, 6 em 2014, e 2 em 2015. Dessas entrevistas, 19 eram pequenos grupos focais improvisados de 3-6 pessoas, e muitos se concentraram pelo menos em parte nas histórias de vida ou histórias orais (JACKSON; RUSSELL, 2010). As entrevistas foram transcritas, organizadas, codificadas e analisadas de várias maneiras usando o software NVIVO durante um período de vinte meses.

⁴ Ao referir-me à Costa do Dendê como uma paisagem afro-brasileira, pretendo destacar a proeminência regional de *Elaeis guineensis*, nativa do continente africano, bem como a primazia dessas paisagens de dendê no suporte às formas culturais afro-brasileiras (WATKINS, 2021). Conforme sugerido pela denominação regional Costa do Dendê, os dendezeiros dominam e simbolizam as paisagens locais, surgindo de forma espontânea e plantada em fazendas e roças como a mercadoria mais visível da região, e de fato sua mercadoria mais produzida e lucrativa (IBGE, 2016). Ressalto, no entanto, que o Litoral Sul da Bahia há muito se beneficia de insumos e influências culturais de uma gama diversificada de povos e grupos, incluindo indígenas brasileiros e vários migrantes da Europa, Levante e Leste Asiático, entre outras regiões e lugares. No século XX, os migrantes japoneses, em particular, contribuíram com uma variedade de espécies botânicas e técnicas agroecológicas que permanecem influentes na região (Flesher, 2006; DeVore, 2014). Embora neste artigo eu me concentre especificamente nas paisagens emergentes e biodiversas dominadas pelos dendezeiros africanos, reconheço a diversidade mais ampla de paisagens, culturas e espécies que há muito caracterizam a região.

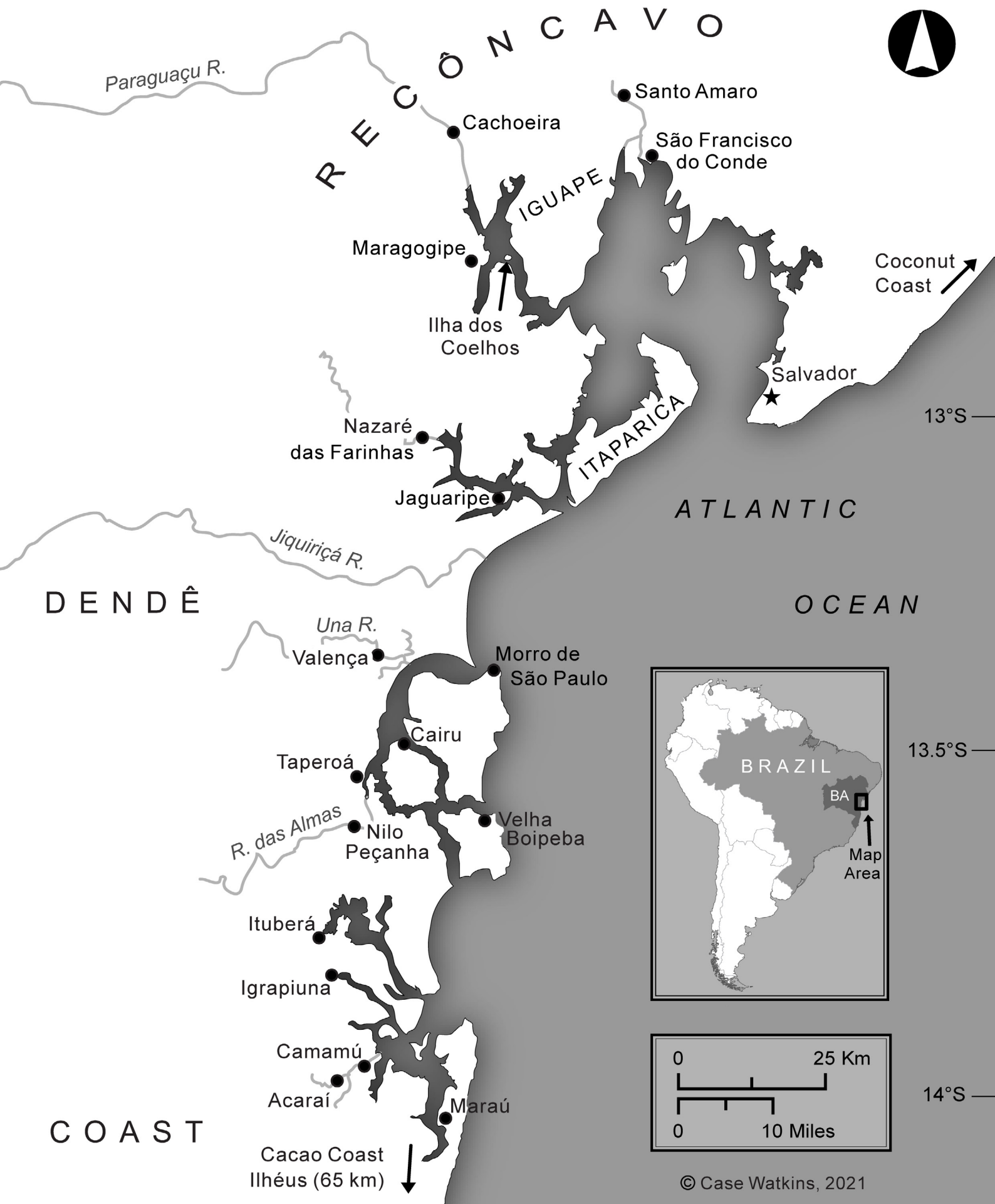


Fig. 2: Área do estudo

A interpretação paisagística e outros trabalhos de campo foram fundamentais para este trabalho. Baseando-se em uma rica tradição geográfica, a interpretação da paisagem refere-se ao trabalho de campo de método misto que desconstrói colaborações humano-ambientais de longo prazo e suas relações com territórios e lugares (DUNCAN; DUNCAN, 2010). As análises geoespaciais incluíram mapeamento, cartografia, geoprocessamento de sobreposição de mapas e “visualizações situadas (*grounded visualizations*)” (KNIGGE; COPE, 2006; 2009). Os mapas e análises incluídos aqui foram construídos usando imagens de sensoriamento remoto confirmadas por meio de visitas ao local e outras interpretações da paisagem. Os dados etnográficos foram georreferenciados e analisados em campo utilizando o Google Earth e imagens extraídas do Landsat (USGS 2010) e Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS 2011). As análises geoespaciais informadas pelo trabalho de campo situaram e examinaram as distribuições de dendezais, unidades de processamento de dendê, manguezais, comunidades quilombolas e suas relações com paisagens agrárias e rurais mais amplas.

Paisagens complexas de resistência na diáspora africana

O “intercâmbio colombiano” que começou em 1492 fez circular pessoas, biota e ideias entre o Velho e o Novo Mundo, transformando radicalmente a demografia, culturas, paisagens e política em todo o circum-Atlântico (CROSBY, 1972; ALPERN, 1992; 2008; CARNEY; ROSOMOFF, 2009). Enquanto o enquadramento influente de Crosby (1972) se concentrou na influência européia dentro desses fluxos, pesquisas geográficas mais recentes trabalharam para restaurar as contribuições dos afrodescendentes às mudanças biológicas, culturais e econômicas nas Américas (VOEKS, 1997; CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003; DUVALL, 2009; CARNEY; ROSOMOFF, 2009, 2017; SLUYTER, 2012; VOEKS; RASHFORD, 2012; WATKINS, 2021). Influenciado por ferramentas e conceitos da ecologia política e etnobiologia, este corpus trata os povos escravizados como agentes dinâmicos e criativos de mudança ambiental e cultural, reenquadrando assim a diáspora africana como uma zona de inovação intelectual, econômica e socioecológica (ZIMMERER, 2001; CARNEY; RANGAN, 2015).

As contribuições dos afrodescendentes para as transformações do Novo Mundo vieram apesar das brutalidades e das restrições ostensivas da escravidão transatlântica e outras imposições coloniais e, portanto, representam formas duradouras de resistência ao colonialismo e à colonialidade (GILROY, 1993; MALDONADO-TORRES, 2007; RADCLIFFE, 2017). Historiadores da economia escravista no Brasil elaboraram o conceito de resistência ao longo de um espectro de “negociação e conflito” (REIS; DA SILVA, 1989). Justapondo a insurreição violenta e a fuga de formas mais rotineiras de barganha e subterfúgios, o conceito enquadra os humanos escravizados como atores calculistas e inovadores. A resistência nem sempre foi direta ou violenta, mais frequentemente foi subestimada, astuta e mundana. Apenas sobreviver na sociedade escravista transatlântica foi em si um ato de resistência, e os estudiosos começaram a interrogar as inúmeras formas de convivência e sustento cotidiano que os povos escravizados desenvolveram para resistir à violência colonial (SCHWARTZ, 1992; CARNEY; VOEKS, 2003; REIS; AZEVEDO, 2012; ARAUJO 2013; VAN NORMAN, 2013).

Os administradores e plantadores coloniais procuraram transformar o Novo Mundo em monoculturas ordenadas de espécies comercializáveis - o que James C. Scott (1998) chamou de paisagens “legíveis”. Como a estrutura socioecológica e econômica do colonialismo, as plantações de monoculturas de exportação surgiram às custas de sistemas agroecológicos mais complexos e interativos, tipicamente favorecidos pelas comunidades indígenas ou tradicionais. Várias formas de agricultura, culturas alimentares e a gestão e colaboração ecológica tornaram-se assim formas

proeminentes de resistência cotidiana para os povos escravizados e subjugados nas Américas. Os afrodescendentes aplicaram e adaptaram seus próprios conhecimentos e preferências culturais e ecológicas para resistir a dietas monótonas, monoculturas orientadas para a exportação e outros mandatos coloniais, e finalmente ajudar a moldar as sociedades e paisagens do Novo Mundo (CARNEY; ROSOMOFF, 2009; GLIESSMAN, 2013; TWITTY, 2017).

Reconhecer as paisagens e comunidades agrícolas como conjuntos intrincados e interativos nos convida a uma reflexão de complexidade multi e interdisciplinar (HAILA, 2000; GOODWIN, 2007; ROCHELEAU, 2011). Sistemas complexos como as agroecologias estudadas aqui combinam uma variedade de agentes individuais em redes não-lineares e colaborativas (DE LANDA, 2000; Mitchell, 2009). Em vez de uma estrutura de comando central, esses agentes se “auto-organizam” em sistemas para co-produzir propriedades coletivas. Tais “propriedades emergentes” se desenvolvem como sinergias de constituintes interativos ou, segundo Goodwin (2007, p. 36), como os “resultados inesperados de padrões particulares de interação entre componentes em sistemas complexos.” Enfatizando a interconexão, a interação e a sinergia, os pensamentos da complexidade oferecem um amplo potencial para compreender e examinar as redes e agenciamentos que reforçam muitas pesquisas sociais, ecológicas, históricas e geográficas contemporâneas, e também seus enredos interdisciplinares (HAILA; DYKE, 2006; LIU, et al., 2007; CHRISTIAN, 2011; WINKLER, 2016).

Como paisagens isoladas, rigidamente ordenadas e segregadas, as monoculturas funcionam para diminuir a complexidade, desarticulando socio-, agro- e biodiversidade dentro das paisagens e economias (MANSON, 2001). Historicamente dotadas de uma profunda influência, as monoculturas coloniais persistem como o contexto ecológico dominante da colonialidade e da modernidade (WOLF, 1982; BLAUT, 1993; MIGNOLO, 2005). Embora a monocultura tenha muitas vezes gerado o aumento do rendimento de uma única espécie, tais ganhos dependem de insumos caros, são tipicamente de curta duração sem a expansão e intensificação desses insumos, e contribuem para perturbações e vulnerabilidades ecológicas e socioeconômicas (SHIVA, 1991; EVENSON; GOLLIN, 2003). Enquanto agroecologias e policulturas complexas funcionam para sinergizar diversidades de componentes vivos e inertes, a conversão monocultural tipicamente desintegra a *auto-organização*, frustrando assim a sinergia e a potencial da *emergência*, e exacerbando as vulnerabilidades ecológicas e socioeconômicas a choques exógenos (MANSON, 2001; HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013; KEESING; OSTFELD, 2015).

Os pensamentos da complexidade expandem assim o conjunto de ferramentas analíticas para a pesquisa em ecologia política, materializando ontologias planas e mapeando fluxos de poder e conhecimento através de complexas assemblagens mais-que-humanas, tanto ao longo do tempo como simultaneamente em múltiplas escalas (WHATMORE, 2002; BENNETT, 2010; ESCOBAR, 2010; ZIMMERER, 2010; DUVALL, 2011; ROCHELEAU, 2008, 2011). Dinâmicas enraizadas em territórios distintos, paisagens como a Costa do Dendê representam “ecologias emergentes” construídas através de colaborações socioecológicas nos e com os lugares (ROCHELEAU; ROTH, 2007; ROCHELEAU, 2008, 2011). Este trabalho utiliza as teorias e conceitos da complexidade, acima de tudo *auto-organização* e *emergência*, para analisar as ecologias políticas das paisagens de dendê na Bahia desde o início do período colonial até o presente. Enraizadas firmemente na diáspora africana, as complexas paisagens *emergentes* da Costa do Dendê da Bahia representam não apenas lembretes poderosos da agência africana no desenvolvimento fundamental das Américas, mas também produzem conhecimentos para a implementação de um desenvolvimento mais viável e justo na controversa economia global do óleo de palma e mais além.

Origens africanas e intercâmbios atlânticos

Os resultados do estudo estão resumidos abaixo, organizados tematicamente em seções e ordenados cronologicamente visando recontar o desenvolvimento das paisagens, culturas e economias de dendê da Bahia ao longo do tempo.

O dendezeiro (ou palmeira-de-óleo-africano, *Elaeis guineensis* Jacq.) surgiu pela primeira vez na África Ocidental (CORLEY; TINKER, 2003, p. 1-4). Análises arqueológicas, palinológicas e linguísticas associam os primeiros bosques das palmeiras com comunidades humanas, campos de caça e rotas migratórias na região do Golfo da Guiné na África Ocidental; portanto, os estudos consideram o uso humano e a mobilização fundamental para a propagação precoce da palmeira (ZEVEN, 1967; 1972; Andah, 1993; D'ANDREA, LOGAN e WATSON, 2006).

A partir de cerca de 7.000 anos atrás, o advento de ferramentas de pedra polida permitiu que os africanos ocidentais transformassem a copa da floresta tropical fechada em mosaicos de policulturas mistas baseadas principalmente em variedades de inhame (*Dioscorea* sp.) (Ehret, 1998). À medida que os agricultores desmatavam a floresta para plantar, muitas vezes selecionavam e poupavam as palmeiras-de-óleo-africanas, valorizadas pelos óleos, vinhos, materiais de construção e muitas aplicações espirituais e medicinais. Depois de uma ou duas colheitas de inhame (ou outros vegetais), os agricultores deixavam o campo em pousio, permitindo que os solos e a floresta rejuvenescessem. Nesse ínterim, as palmeiras prosperariam e se propagariam na cobertura aberta, muitas vezes chegando a predominar em bosques biodiversos (HARLAN, DE WET e STEMLER, 1976).

Seguindo esses processos e padrões agroecológicos, paisagens culturais complexas dos dendezaís *emergiram* nos biomas de floresta tropical da África Ocidental a partir de assembleias *auto-organizadas* de humanos, florestas, palmeiras e plantações. Os humanos colaboram com as palmeiras e outros elementos na *auto-organização* do sistema. A morfologia socioecológica das paisagens de palmeiras-de-óleo-africanas resiste, portanto, a classificações científicas rígidas que extrairiam uma proveniência ou habitat puramente “natural” da influência antropogênica. Assim, os cientistas ocidentais descrevem os dendezeiros da África Ocidental através da desajeitada equivocação botânica de “subespontâneo” (ZEVEN, 1967; CORLEY; TINKER, 2003) (Fig 1). Com base nos pensamentos da complexidade, sistemas interativos de humanos, plantas, solos, água, ferramentas e outros agentes se coalescem (ou seja, *auto-organizam*) para gerar dendezaís “subespontâneos” como *propriedades emergentes* de sistemas socioecológicos complexos. O termo usado “emergente” é, portanto, aplicado aqui para descrever a morfologia de tais bosques (“subespontâneos”) como resultantes de sistemas distintamente complexos.⁵

Os azeites, óleos, vinhos e coquinhos colhidos e processados desses bosques *emergentes* tornaram-se mercadorias de valor agregado lucrativo nas rotas comerciais interurbanas da África, ajudando a integrar redes econômicas e sociedades em todo o continente desde o primeiro milênio CE (ZEVEN, 1965; LEWICKI, 1974; BROOKS, 1993). Os marinheiros europeus encontraram produtos da palmeira em suas primeiras incursões pela costa da África Ocidental no século XV, e mais tarde o óleo (ou azeite) de palma tornou-se um acessório essencial para o comércio transatlântico de escravos (CA' DA MOSTO, [1457] 2012; PEREIRA, [1506] 1937; CARNEY; ROSOMOFF, 2009). A maioria dos principais portos de embarque de escravos caíram dentro do vasto cinturão de óleo de palma da África ocidental, e os traficantes de escravos europeus usavam

⁵ O uso do termo “emergente” está baseado nos pensamentos da complexidade e não está relacionado aos outros usos do termo, incluindo na biológica como copas das árvores que se projetam acima da copa da floresta tropical (GHAZOUL; SHEIL 2010).

óleo de palma para temperar as mingais sem gosto com os quais alimentavam os cativos, bem como um unguento restaurador para tratar e comercializar os corpos escravizados, em celas de detenção costeiras, a bordo de navios e na chegada ao Novo Mundo (CLUSIUS, 1605; POSTMA, 1990; MILLER, 1997; UNIVERSIDADE EMORY, 2009) (Fig. 3).

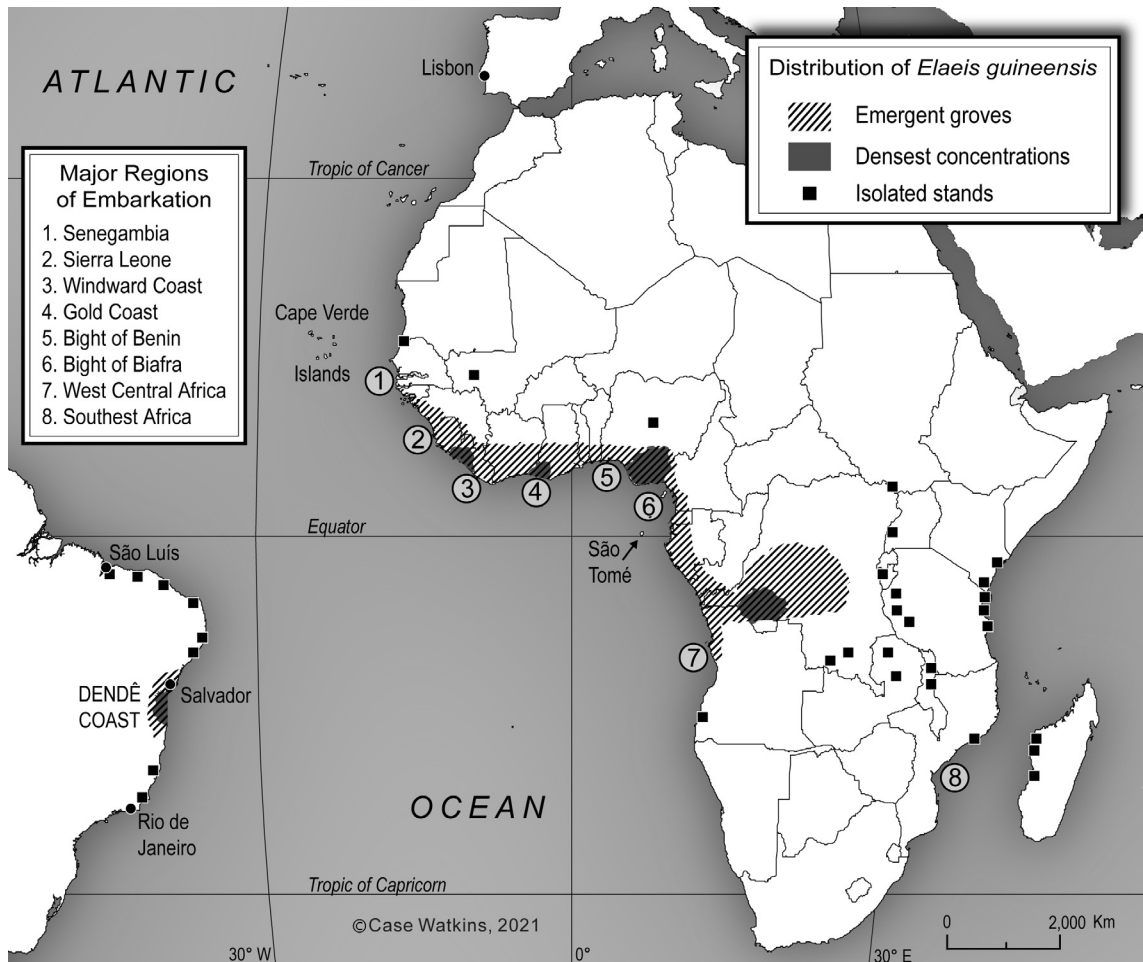


Fig. 3: Distribuição de *Elaeis guineensis* na África e no Brasil com as principais regiões de embarque transatlântico de escravos, 1500-1900.⁶

Apesar da proeminência do óleo de palma nas culturas e economias da África ocidental e do início do mundo atlântico, as evidências de sua introdução botânica nas Américas, incluindo o Brasil, permanecem fragmentárias e ambíguas. Uma extraordinária riqueza em palmeiras oleaginosas na América do Sul combinada com a documentação botânica imprecisa veio para complicar o registro histórico do Brasil em relação à palmeira-de-óleo-africana. Os europeus lutaram durante séculos para discernir as muitas palmeiras oleaginosas da Bahia. Na primeira história do Brasil, completada na Bahia em 1627, Frei Vicente do Salvador (1889, p. 13) descreveu “muitas castas de palmeiras, de que se comem os palmitos e o fruto, que são uns cachos de cocos, e se faz deles azeite para comer”. O historiador botânico brasileiro Frederico Carlos Hoehne (1937, p. 327) interpretou Vicente mais tarde como descrevendo a *Elaeis guineensis*,

⁶ Fontes para África: Mapa da distribuição africana extraído de Corley e Tinker (2003, Fig. 1.1, p. 3); dados do comércio transatlântico de escravos da Emory University (2009). Fontes para o Brasil: Distribuição de estandes isolados extraídos da narrativa de Bondar (1954); distribuição no Brasil compilada e verificada por trabalho de campo e análise geoespacial realizada pelo autor (2009-2015).

mas essa afirmação é inverificável, e provavelmente equivocada. O termo vago “cocos” poderia descrever o fruto da maioria das palmeiras, incluindo várias nativas do Brasil. Os Regimentos da Coroa Portuguesa em 1612, 1621 e 1623 esboçaram um programa oficial para o cultivo de palmeiras oleaginosas no Brasil que pode ter incluído *Elaeis guineensis*, mas nesse sentido são ambíguos (SOUSA, [1612] 1972; STUDART, 1909).⁷

Apesar do registro histórico limitado e confuso, as evidências e análises existentes sugerem que as amêndoas ou mudas dessa palmeira (sementes) chegaram à América do Sul durante o primeiro século da colonização do Brasil através de processos mundanos de transferência botânica transatlântica (WATKINS, 2021). O primeiro relato incontestado do cultivo de *Elaeis guineensis* em solo brasileiro aparece nos registros do corsário inglês William Dampier (1906), em 1699. Ali, entre uma população de afrodescendentes “tão numerosos, que constituem a maior parte ou a maior parte dos habitantes” (p. 386), relatou ele:

Bagas de palmeira (aqui chamados Dendees) crescem abundantemente sobre Bahia; [...] Estes são o mesmo tipo de bagas ou nozes como aqueles que eles fazem o azeite na costa da Guiné, onde abundam; E foi-me dito que eles fazem azeite com eles aqui também ([1699]1906, p 393).

O breve relato de Dampier é, no entanto, revelador. Chamando o fruto de “Dendees”, ele gravou o que permanece seu nome afro-brasileiro contemporâneo - “dendê” - derivado do Kimbundu, uma língua bantu amplamente falada em Angola (SCHNEIDER, 1991, p. 129). Dampier afirmou que as palmeiras-de-óleo-africanas cresceram “abundantemente” na Bahia até 1699; assim, os dendezais densos só poderiam ter surgido após décadas de introdução e propagação (CORLEY; TINKER, 2003). O relato do corsário, portanto, data a introdução da palmeira africana na Bahia, o mais tardar em meados do século XVII.

Após Dampier, aqueles que visitaram a Bahia continuaram a associar o dendê com os africanos do Novo Mundo. Em carta à Coroa datada de 1751, o Vice-Rei e Governador Real da Bahia Luís Peregrino de Ataíde, o Conde de Atouguia, escreveu uma análise econômica das palmeiras úteis no Império Português. Com uma equipe de cinco investigadores luso-indianos (*canarim*), o Conde avaliou a utilidade comercial das palmeiras em Goa e na Bahia. Depois de discutir o valor de várias outras espécies, ele glosou sobre o dendezeiro: “E para comer os negros, a que chamão *dende*, o que abastece tanto a terra, que faz que poucas vezes suba a preço grande o que vem por negócio de Portugal”.⁸ O governador descartou as perspectivas econômicas desse dendê doméstico, mesmo porque o mesmo produto produzido na África já era um bem atlântico valioso e popular em Salvador. Ao referir-se ao termo “crioulizado” Kimbundu para o óleo e descontando sua viabilidade comercial, o governador - em nome da Coroa Portuguesa - concedeu de fato a economia do dendê da Bahia aos afrodescendentes.

A emergência de uma paisagem afro-brasileira

Após sua introdução no litoral baiano, o dendezeiro colaborou com os (sócio)ecossistemas de manguezais, as policulturas de corte-e-queima, as agroflorestas de cacau e a resistência cultural, ecológica e econômica dos afro-brasileiros para difundir-se pelo bioma da Mata Atlântica da Bahia. As subseções seguintes detalham esses processos de difusão.

⁷ “Translado do regimento do governador Diogo de Mendonça Furtado, de 16 de janeiro de 1621,” **Arquivo Público do Estado da Bahia** (APB), Seção de Arquivos Colônias e Províncias (SACP), maço 264.

⁸ **Arquivo Histórico Ultramarino** (AHU), Conselho Ultramarino, Caixa 2, Docs. 167-8.

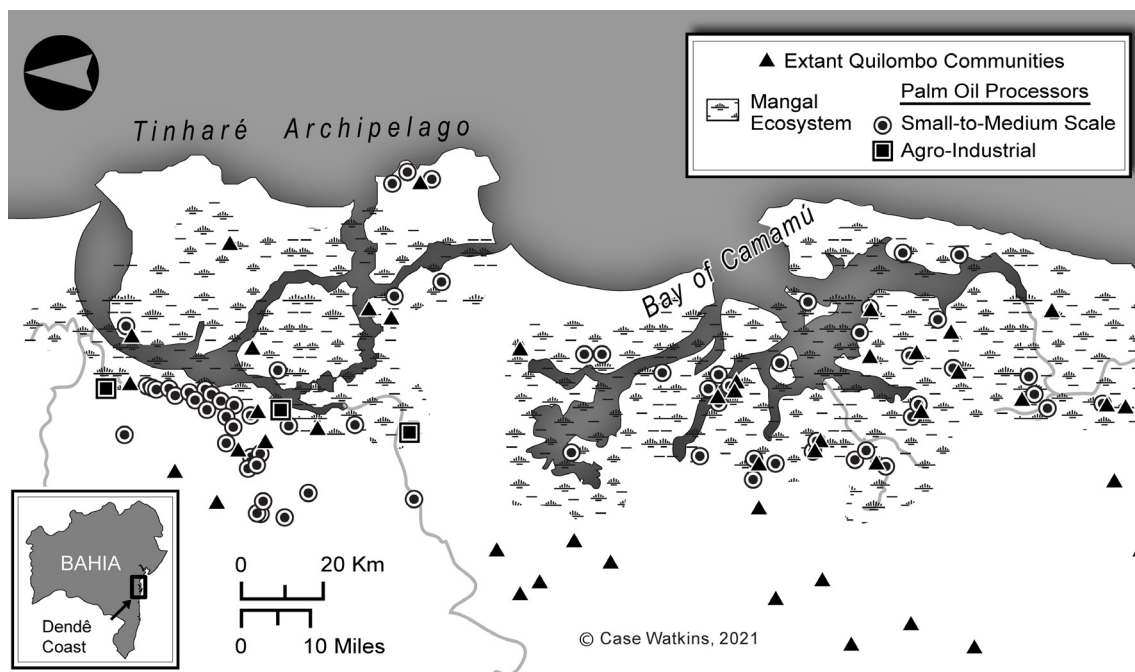
Mangal

Na sua chegada às margens da Bahia, o dendzeiro proliferou nas franjas interiores das florestas de mangue por ser tolerante ao sal. Ali, o ecossistema mais amplo de manguezais, ou mangal, transforma-se em vários arbustos de terras baixas conhecidos como restinga e floresta ombrófila densa do Atlântico (LACERDA, et al., 1984). Enquanto as aberturas na copa das árvores, esses ecótonos proporcionaram às palmeiras acesso à luz solar e à precipitação, mesmo que em solos salgados. O açúcar, o tabaco e outras monoculturas coloniais, no entanto, não podiam prosperar nos solos salinos dos mangais intermareais, deixando que os dendzeais pudessem prosperar e proliferar sem serem desafiadas pela agricultura comercial ou de subsistência.

No mangal, os humanos e uma série de outras criaturas, incluindo aves, roedores, répteis e animais domesticados, todos se alimentaram dos frutos do dendzeiro, semeando-as consequentemente enquanto se movimentavam. O urubu-preto (*Coragyps atratus*) é um distribuidor particularmente eficaz de sementes do dendzeiro, tal como o vernáculo para os campos de palmeiras emergentes (“subespontâneas”) na Bahia, tornou-se “plantado pelo urubú” (ARGOLLO FERRÃO, [1923] 2004; CEPLAC; IICA, 1975). O humilde urubú oferece um exemplo tão poderoso das diversas agências e interações multiespécies que colaboraram na montagem e difusão de paisagens agroecológicas complexas da Bahia.

A Figura 4 combina dados de localização das instalações de processamento de dendê existentes com a distribuição dos manguezais derivados de imagens de satélite para ilustrar a geografia socioeconômica-ambiental duradoura do socioecossistema de palmeiras-mangais na Bahia. A relação duradoura entre a produção de dendê e o mangal de maré é um legado revelador do desenvolvimento histórico da paisagem dos dendzeais da Bahia. A etnografia contemporânea corrobora a associação; os agricultores locais agora consideram as planícies costeiras como a zona preferencial para o cultivo do dendê. Como explicou um pequeno produtor,

Fig. 4: Mangais com instalações de processamento de dendê observadas em comunidades quilombolas registrados na Costa do Dendê, na Bahia. Fontes: Mangal extraído das imagens Landsat 7 GLS (USGS 2010); Localização dos quilombos do Projeto GeografAR (UFBA 2010) e trabalho de campo realizado pelo autor (2009-2015).



O dendê fica mais lá em baixo [próximo ao litoral], porque ele toma a terra lá pra beira mar e outra terra que não é daqui [10 quilômetros para o interior]. Ele não gosta muito de barro. Não. E lá é massapê. E o vento de lá é salgado, cada brisa do oceano bate aquele, traz salitre pra ele. E aqui não traz. O vento aqui quando chega aqui no salitre já desistiu. [...] [Dendê] gosta! Gosta das terras mais salgadas. E aí lá é a tempo todo. E aqui morre logo.⁹

Os cientistas modernos questionariam o argumento do produtor, pois a salinidade tende a diminuir o rendimento em algumas palmeiras (CORLEY; TINKER, 2003). No entanto, o sentimento do agricultor permanece difundido na região e ilustra a ligação socioecológica duradoura entre as palmeiras africanas e as geografias costeiras da Bahia. Em solos muito úmidos para madeiras duras da floresta tropical, o dendezeiro floresce com menos competição pela luz solar na orla costeira (ZEVEN, 1967). E enquanto os dendezeiros poderiam, de fato, prosperar em solos com maior teor de argila nos planaltos e tabuleiros costeiros, outras colheitas com destaque histórico na região - como mandioca, cana-de-açúcar e cacau - não podem crescer nos solos arenosos de restinga mais próximos da costa, deixando as planícies pelos dendezeais. Portanto, o padrão geográfico tradicional dos dendezeais ao longo dos manguezais costeiros da Bahia deixa as áreas de terra firme disponíveis para espécies menos tolerantes ao sal.

Mandioca e as policulturas de corte-e-queima

Para a transição do ecótono de maré da Bahia para as florestas atlânticas, o dendezeiro dependia do cultivo itinerante de tubérculos, tal como havia feito na África Ocidental durante milênios. Ao invés de inhame, os agricultores de subsistência na Bahia cultivavam principalmente mandioca (*Manihot esculenta* Crantz). Também um tubérculo de raiz, a mandioca é nativa da América do Sul e tornou-se o alimento básico que sustentou a força de trabalho agrícola e os residentes urbanos da Bahia, tanto os escravizados quanto os livres (GRAHAM, 2010). No século XVIII, a área agora denominada Costa do Dendê estava no centro do celeiro de mandioca da Bahia, conforme ordenado pelas autoridades coloniais portuguesas (SCHWARTZ, 1985; BARICKMAN, 1998).

A população e as pequenas fazendas floresceram na costa sul da Bahia a partir dos anos 1780 (SCHWARTZ, 1992). Apesar da prevalência de agricultores pobres e pequenas propriedades rurais, os trabalhadores escravizados constituíam mais da metade da população da região no final do século XVIII (SCHWARTZ, 1985; BARICKMAN, 1998). A presença afro-brasileira não se limitava, no entanto, aos escravizados. Os índices relativamente altos de libertação individual da Bahia, ou seja, a alforria, contribuíram para a expansão de um campesinato afro-brasileiro de agricultores de subsistência até o século XVIII, muitos dos quais trabalhavam em campos de mandioca, alguns com trabalhadores escravizados próprios (MATTOSO, 1972; SCHWARTZ, 1974, 1992; NISHIDA, 1993; KLEIN; VIDAL LUNA, 2010). Assim, os afrodescendentes, escravizados e livres, passaram a predominar no litoral sul da Bahia.

A agricultura de mandioca na Bahia seguiu um padrão de corte-e-queima aproximadamente análogo às práticas de cultivo do inhame nativo do oeste da África. Enquanto os agricultores no Brasil derrubavam extensões de floresta atlântica para plantar mandioca, eles poupavam dendezeiros. Uma vez em pousio, esses campos permitiriam que os dendezeiros proliferassem com relativa rapidez na copa aberta. Os dendezeiros não plantados poderiam começar a produzir frutos já a partir de dois anos após a emergência, e a colheita de frutos prolifera ainda mais

⁹ Entrevista com um pequeno produtor no dia 2 de novembro de 2012, no distrito de Marimbú em Taperoá, Bahia.



Fig. 5: Dendezeiros poupados dentro de uma capoeira de mandioca, com um dendezal emergente no meio da mata atlântica secundária (capoeira) ao fundo.

as palmeiras pela disseminação das sementes tanto nos campos quanto nas proximidades dos locais de processamento.¹⁰ Esse complexo sistema agroecológico permanece inserido nas culturas e paisagens da costa da Bahia. Como explicou um produtor de mandioca e dendê de terceira geração,

A maioria dendê hoje é mais plantado. E antigamente não era plantado. Era os bichos que comia naqueles lugares que ainda tem muitos pés [de dendê]. [Agricultores] botava roça de mandioca. Então eles não ensinavam não dava dica nenhum de ensinar como era que plantava [dendê]. Não, porque a gente encontrava pronto, pelo urubú, como muitos falam. Porque o urubú planta, justamente. Todo bicho planta, que o rato gosta do dendê, porque todo bicho gosta do dendê. E o dendê e o mandioca. Então, aonde [os animais] comer, carrega. Lá de adiante ele vai cair está em cima da terra e ele vai nascer. [...] Então dali a pouco, um joga de lá, outro joga de outro, o rato carrega continua carrega e vai..daqui a pouco aquela mata está completo de dendê. Você nunca vê campos só com mandioca ou cana por aqui, sempre tem muito dendê.¹¹

Falando em sua roça recém-capinada, outro agricultor relatou uma explicação semelhante.

Olhe aqui este campo limpo. Aqui uma palmeira de dendê poderia brotar a qualquer momento, em qualquer lugar neste campo. Um urubu ou qualquer outro animal selvagem poderia passar e deixar cair um coco (amêndoa) neste campo onde uma palmeira dendê mais tarde ia crescer. Ela não precisa ser plantada ou fertilizada de jeito nenhum. Apenas deixada ali no campo, ela vai brotar e crescer e produzir frutos bonitos, sem precisar de muito cultivo, pois a terra aqui é tão produtiva.¹²

Os relatos desses agricultores atribuem a expansão do dendê à agência multiespécies, *auto-organizada* a partir de interações entre humanos, flora, fauna, fogo, solos e outros componentes ambientais. Por fim, esse complexo conjunto mais-que-humano atraiu as palmeiras do mangal costeiro para as roças das áreas altas, onde densos dendezaís surgiram nos tabuleiros da Mata Atlântica (ver Fig. 5).

Resistência afro-brasileira

Essas redes e sistemas complexos não se *auto-organizam* isoladamente, mas estão relacionadas e respondem a contextos geográficos, temporais e políticos com múltiplas escalas. Enraizada na América portuguesa e no mundo atlântico que a sustentou, a economia de dendê da Bahia surgiu dentro dos quadros do colonialismo do Novo Mundo e da escravidão transatlântica. Ao longo das Américas coloniais, os afrodescendentes escravizados e livres contornaram restrições legais e sociais para colaborar na transformação do Novo Mundo. Da insurreição violenta e fuga às práticas cotidianas de evasão e resistência cultural, os afro-brasileiros fizeram contribuições duradouras às culturas, paisagens e economias fundamentais para o desenvolvimento da nação brasileira (REIS; DA SILVA, 1989; CARNEY; VOEKS, 2003). Como tal, a Costa do Dendê da Bahia

10 Entrevistas com quatro pequenos agricultores, dois processadores e um funcionário de uma cooperativa em 2012 confirmaram que a colheita de frutas poderia começar já a partir de dois anos. As palmeiras-de-óleo-africanas normalmente atingem a maturidade produtiva completa por volta dos seis anos de idade (CORLEY; TINKER, 2003).

11 Entrevista com um pequeno produtor e processador em 23 de fevereiro de 2012 no distrito de Serra Grande da cidade de Taperoá, Bahia.

12 Entrevista com um pequeno agricultor em 12 de agosto de 2014 no distrito de Marimbú da cidade de Taperoá, Bahia.

representa uma paisagem afro-brasileira, um monumento socioecológico vivo à resistência e firmemente enraizado na diáspora africana de pessoas, biota e ideias.

O bioma biodiverso da Mata Atlântica do sul da Bahia, segundo o historiador baiano João Reis (2012, p. 69-70), “serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana relativamente autônoma, e semiclandestina”. Comunidades quilombolas conhecidas como mocambos e posteriormente quilombos surgiram em toda a Bahia de onde os fugitivos protagonizaram incursões e ataques, causando perdas econômicas significativas para os grandes fazendeiros e para as autoridades portuguesas. Insurreições persistentes lideradas por ameríndios, afrodescendentes e outros forçaram os pequenos agricultores a desocupar seus campos e se mover para posições defensivas concentradas em torno de vilarejos, efetivamente despovoando áreas rurais (SCHWARTZ, 1992, 1996). Consequentemente, as copas abertas dos campos abandonados proporcionaram ainda mais espaço para que as palmeiras africanas se propagassem. As Figuras 4 e 6 atestam as relações socioecológicas duradouras entre o processamento do dendê, a Costa do Dendê, o mangal e a resistência afro-brasileira sob a forma de comunidades quilombolas contemporâneas.

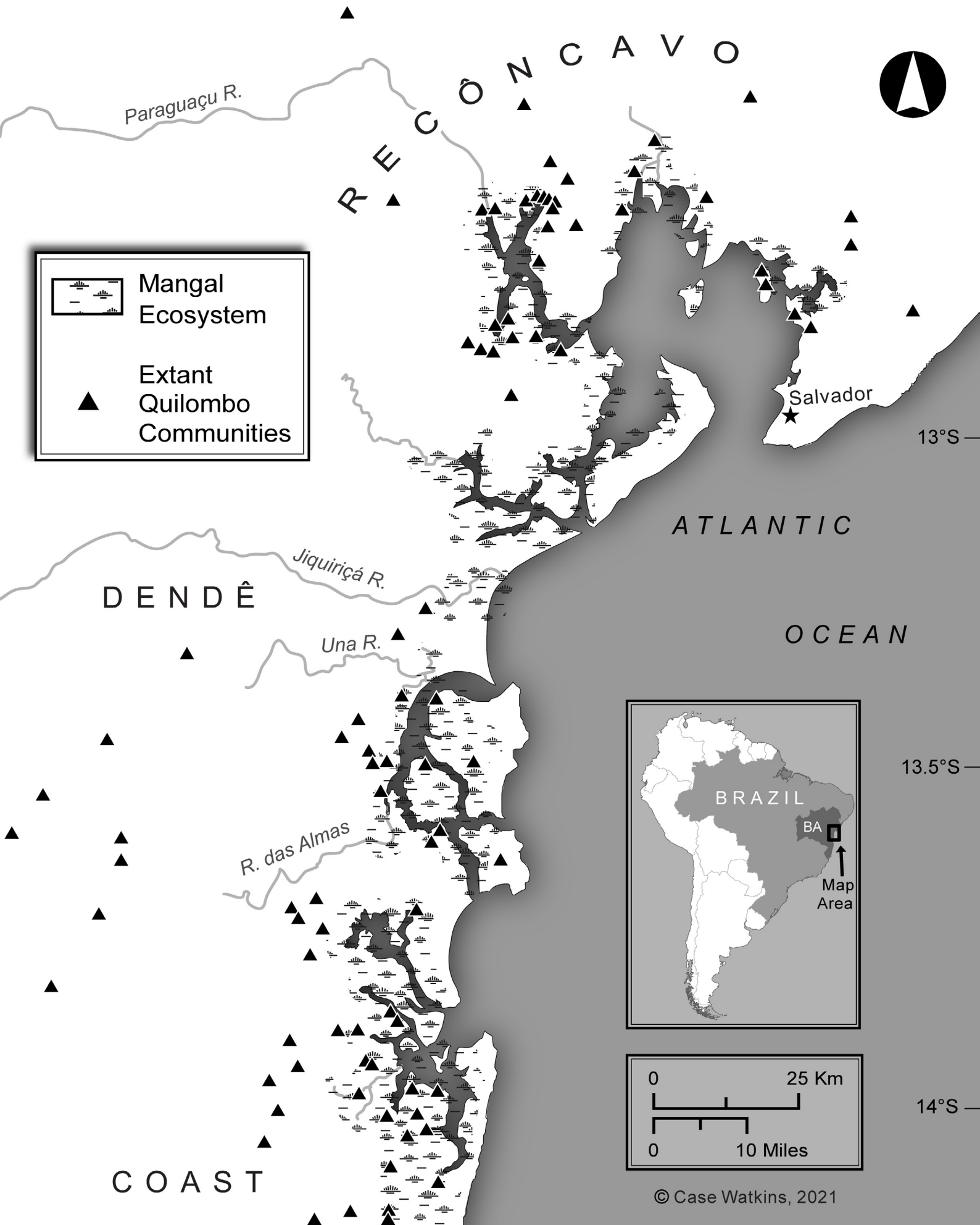
Junto com a quilombagem, formas de resistência mais mundanas foram fundamentais para sustentar a economia e as paisagens de dendê na Bahia. Um relato de uma mulher afro-brasileira escravizada ilustra a combinação do conhecimento ecológico diaspórico com a auto-determinação contra-hegemônica que reforçou o desenvolvimento da paisagem afro-brasileira da Bahia. Benta nasceu na escravidão brasileira, onde viveu e trabalhou no Engenho Maroim nas icônicas paisagens açucareiras da região do Recôncavo da Bahia. Em anexo ao inventário *post-mortem* preparado para o fazendeiro Felix Alves de Andrade, um livro de contabilidade registrou a soma significativa de quatro milréis (Rs. 4\$000) pagos a Benta pelo feijão e dendê que ela produziu em 1791.

Benta processou dendê para subverter a dieta monótona e provavelmente inadequada imposta por seus captores, e qualquer excedente poderia então ser vendido no local ou nos mercados da região. Sua escolha em processar e vender azeite de dendê perturbou a hegemonia cultural e comercial dos donos de escravos euro-brasileiros que teriam controlado ostensivamente o acesso de seus trabalhadores escravizados aos mercados e provavelmente teriam eles mesmos preferido alimentos cozidos em azeite de oliva europeu. O processamento do dendê representa, portanto, uma forma significativa de resistência cultural e econômica à ordem colonial. Benta aprendeu a processar azeite de dendê no Novo Mundo, mas seu relato fornece uma conexão histórica com sua terra natal ancestral, onde o processamento do dendê era há muito tempo o domínio de gênero das mulheres africanas. Aproveitando os conhecimentos africanos e brasileiros, ela aproveitou uma rede transatlântica de tradição e inovação para melhorar suas condições alimentares e econômicas e contribuir para uma profunda mudança cultural e ecológica na diáspora.¹³

Na página seguinte **Fig. 6:** Ecossistemas de mangal e comunidades quilombolas registradas que se cruzam na área de estudo. Fontes: Mangal extraído das imagens Landsat 7 GLS (USGS, 2010); Localização dos quilombos do Projeto GeografAR (UFBA, 2010) e trabalho de campo realizado pelo autor (2009-2015).¹⁴

13 Inventário de Felix Alves de Andrade, Cachoeira, 1791, APB, Seção Judiciária (SJ), 2/706/1168/3. Estou grato a B. J. Barickman por esta referência. O ‘real’ (plural ‘réis’) foi a unidade monetária padrão no Brasil colonial. Mil unidades se tornaram um ‘milréis’, escrito como: Rs. 1\$000. Em 1791, Rs. 4\$000 foi suficiente para comprar 11 quilos de feijão em Salvador, ver Barickman (1998), p. 62. Um mapa na p. 115 mostra o Engenho Maroim ao longo de uma costa delineada por mangais, no extremo norte da Baía do Iguape.

14 Ao mesmo tempo em que este mapa retrata geografias e comunidades contemporâneas, estas áreas surgem e representam legados históricos de resistência embutidos na paisagem.



A resistência cultural e comercial como a praticada por Benta ajudou a integrar o dendê na crescente culinária afro-brasileira e nos movimentos religiosos do século XIX, época que o antropólogo e historiador brasileiro Luís da Câmara Cascudo ([1967] 2011, p. 224) chamou de “idade dourada do azeite-de-dendê”. Em correspondência, o português Luís dos Santos Vilhena ([1802] 1969) lamentava a prevalência das “insignificantes, e vis” comidas afro-brasileiras nas ruas de Salvador, a saber, “carurú, vatapá, acarajés e abarás”, os agora emblemáticos pratos afro-brasileiros, todos baseados em dendê - “o tempero essencial da maior parte das viandas dos pretos, e ainda dos brancos criados com eles” (p. 130-188).

Em seu relato de viagem do início do século XIX, os naturalistas e exploradores bávaros Spix e Martius (1938) registraram os usos espirituais afro-brasileiros do fruto. “Frequentemente se observa, nas ruas da Bahia, um negro ocupado em se esfregar com dendês assados e em se tocar, por assim dizer, para as danças noturnas [incluído Candomblé e outras expressões religiosas]” (p. 85). Hoje em dia, os devotos do candomblé continuam a reverenciar o dendê como um elemento vital nas suas comunidades e seus rituais. Folhas cortadas do dendezeiro (màrìwò) adornam as entradas dos terreiros (locais de culto), e o dendê continua sendo um material litúrgico essencial, especialmente como uma oferenda à divindade africana Exú (yoruba), Legba (Fon) ou Mpambu Nzila (Bantu) (LODY, 1992; VOEKS, 1997; VERGER, 1999). A documentação dos primeiros terreiros (lugares de culto) do Candomblé, incluindo o formativo *Tuntum Olukotun* na Ilha de Itaparica e as icônicas comunidades espirituais *Alaketu* e Engenho Velho da Federação de Salvador, revela relações fundamentais entre o povo e os dendezeiros no local, ligando assim o surgimento das religiões afro-brasileiras ao dendê e suas paisagens (LUZ, 1993; CASTILLO, 2011; PARÉS, 2013).¹⁵

Tais demandas culturais e econômicas por dendê e outras mercadorias africanas na Bahia aumentaram seu comércio transatlântico com a África Ocidental do século XVIII para o início do século XX (WATKINS, 2021). Inicialmente empregado como um acessório essencial na Passagem do Meio, o dendezeiro surgiu como uma mercadoria transatlântica proeminente por mérito próprio no final do século XVIII (VERGER 1976; CARNEY; ROSOMOFF, 2009). Enquanto os agentes britânicos importavam o óleo principalmente como um aditivo industrial, uma classe diversificada de comerciantes na Bahia fornecia produtos da palmeira-de-óleo e outros produtos africanos para mercados espirituais e culinários florescentes em todo o Mundo Atlântico, e Salvador tornou-se um centro internacional na economia Atlântica do dendê. Os comerciantes afro-brasileiros, muitos deles mulheres, alavancaram as redes transatlânticas para melhorar as condições econômicas, legais e sociais para si e seus parentes, enquanto sustentavam culturas diásporas e de outra forma contribuía para as economias e paisagens da Bahia e do Mundo Atlântico. Embora manifestada no litoral atlântico brasileiro, a Costa do Dendê da Bahia emerge a partir das frenéticas circulações transatlânticas da diáspora africana, ao mesmo tempo culturais, ecológicas e econômicas (WATKINS 2021).

15 Inventário de Marcos Theodoro Pimentel, Itaparica, 1945, APB, SJ, 02/796/1222/07. Terreiro **Tuntum Olukotun** é um templo de **egum** ou **egungum** dedicado ao culto aos antepassados. Em 2014 o IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, registrou o Terreiro **Tuntum Olukotun**, concedendo-lhe reconhecimento e proteção oficial como “patrimônio imaterial”. Ver Diário Oficial do Estado da Bahia, vol. XCVIII, no. 21.442 (5 de junho de 2014), p. 20, disponível online em: <http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/> (último acesso: 17 de maio de 2017).

Desenvolvimento de uma economia afro-brasileira

No final do século XIX, uma série de fatores geopolíticos e econômicos – incluindo uma recessão britânica e o aumento do apossamento colonial de terras na África ocidental – se combinaram para empurrar o comércio transatlântico entre a Bahia e a África rumo a um declínio acentuado (BAY, 1998; LYNN, 2002; MANN, 2007; CARNEIRO DA CUNHA, 2012). A diminuição da importação de óleo de palma africano serviu para aumentar a sua demanda no mercado brasileiro, e a economia doméstica do dendê na Bahia respondeu rapidamente (WATKINS 2021). Um relato raro de uma propriedade de uma mulher africana na Bahia rural demonstra o valor econômico do dendê na Costa do Dendê no final do século XIX. Em 1897, nove anos após a abolição final da escravidão no Brasil, oficiais em Camamú inventariaram o conteúdo de uma casa de propriedade da recém falecida Gaudência Martins, uma mulher anteriormente escravizada e nativa da África. Entre seus poucos pertences estavam uma grande jarra e uma pequena garrafa de azeite de dendê, juntamente com um almofariz e um pilão. Juntos, esses itens sugerem que Martins processou dendê em quantidade, provavelmente para venda em mercados próximos. As autoridades avaliaram seu jarro de dendê a Rs. 7\$000, mais de 70 vezes o preço de um quilo de farinha de mandioca. Há muito valorizado por seus benefícios nutricionais e conexões com a África, o dendê havia se tornado um produto de valor agregado lucrativo para os afrodescendentes que saíam das ruínas da economia escravista.¹⁶

Esse relato é extraordinário porque os inventários pós-morte realizados para residentes rurais de ascendência africana são extremamente raros. Tais documentos privilegiam as vozes brancas de elite cujas parcelas desproporcionais de terra, trabalhadores escravizados e outras propriedades distorcem o registro histórico (BARICKMAN, 1998). Os oficiais de sucessões recorriam a inventários formais, normalmente, apenas quando os herdeiros não conseguiam chegar a acordos sobre a distribuição da propriedade por razões técnicas, financeiras, legais ou interpessoais, e seus serviços exigiam pagamento considerável. Durante a escravidão brasileira, os afrodescendentes geralmente trabalhavam ou possuíam pequenas propriedades e possuíam bens formais mínimos em relação às suas congêneres de ascendência europeia; portanto, os inventários coloniais de propriedades deixadas pelos afrodescendentes continuam sendo desproporcionalmente raros. Esta é apenas uma das maneiras que a documentação histórica e colonialidade efetivamente diminuem as vozes afro-brasileiras.

Outros inventários de propriedade do litoral sul da Bahia por volta da virada do século XX demonstram uma expansão do uso da terra policultural, incluindo a intensificação das agroflorestas de cacau (cabruca) e campos dedicados de dendezeiros. Fazendas de cacau na Bahia há muito tempo implementaram um sistema agroflorestal de copa fechada chamado cabruca, onde as árvores de cacau de cócoras prosperam sob a sombra de vegetação mais alta, incluindo dendezeiros (MAHONY 1996, 2006).¹⁷ Complementando as policulturas de mandioca, as agroecologias do cacau ofereceram mais um local acolhedor para o dendezeiro na Bahia.

Apesar do *boom* na produção, líderes políticos e outras elites continuaram a dar pouco valor para economia do dendê da Bahia no início do século XX, enquadrando-a como uma

16 Inventário de Gaudencia Martins (Africana), Camamú, 1897, APB, SJ, 1/412/800/10. Preços semanais das commodities, incluindo as da farinha de mandioca, listadas em “Pauta e ofício semanal, 1896”, APB, Seção Alfândega (SA), Diretoria das Rendas, 060.05.

17 e.g. Inventário de José Gonçalves de Oliveira, Taperoá, 1883, 01/126/200/01; Inventário de Joaquim José de Castro e Januária Maria de Conceição, Ituberá, 1896, 04/1568/2037/07; Inventário de Manoel José Leite, Ituberá, 1904, 01/288/569/04; Inventário de Joaquim Isidro de Araújo Ramos e Gertrudes Maria do Desterro, Taperoá, 1906, 01/124/194/12.



Fig. 7: Um engenho de dendê, ou rodão, na comunidade quilombola do Camamú (2012).



Fig. 8: *Oleum Olivarum*, gravura de Joannes Stradanus (Jan van der Straet), cerca de 1590.¹⁸

¹⁸ Impresso em *Nova Reperta* por Philips Galle e Jan Collaert em Florença; imagem cortesia da Biblioteca Folger Shakespeare e da Coleção de Imagens Digitais Folger, hospedada pela LUNA: Folger Digital Image Collection; Nome do arquivo de imagem digital: 3654; Número de chamada de origem: ART Vol. f81 no.12; disponível online: <http://luna.folger.edu/luna/servlet/s/y488x3> (último acesso: 18 de maio de 2017).

consequência anacrônica da diáspora africana. Uma denúncia severa e odiosa do Candomblé publicada no Diário de Notícias de Salvador em 1905 confirma a ligação duradoura entre a espiritualidade afro-brasileira e o dendê, bem como um desdém geral entre as elites pelo azeite e a cultura afro-brasileira que ele passou a simbolizar na Bahia (citado em RODRIGUES 1932).

Como é natural, à proporção que o número de prosélitos do fetichismo vai crescendo, vão aumentando as casas em que ele tem prática, surgindo novos *pais de terreiro*, o que é dizer, exploradores da credulidade dos néscios. Com isso, prejudicada embora a civilização, muito lucram os negociantes do chamado azeite de dendê [...]. Para essa turba de ignorantes papalvos, não há mal algum, moral ou físico, que não possa desaparecer à influência das ervas misturadas com azeite (p. 270).

Implícito nesse discurso racista, no entanto, está o reconhecimento do poder espiritual e econômico do dendê.

Para os pequenos produtores que viviam, trabalhavam e contavam com a Costa do Dendê, suas paisagens complexas proporcionavam recursos nutricionais, culturais e econômicos vitais. Os baianos, assim como os africanos, há muito utilizavam o almofariz e o pilão para processar o azeite de dendê em quantidade. Como a demanda por dendê doméstico aumentou no final do século XIX e início do século XX, os produtores baianos responderam construindo engenhos movidos a animais. Nomeado por sua grande pedra de moagem circular, o *rodão* aumentou drasticamente a produção de dendê na Bahia, esmagando tantos frutos em uma hora quanto um almofariz e um pilão eram capazes num longo e esgotante dia (GUIMARÃES, 1961) (Fig. 7).¹⁹ O rodão deriva de prensas de azeite de oliva medievais usadas na Europa mediterrânea já no século XVI (Fig. 8). Essa inovação transformou a economia do azeite de dendê da Bahia, dando poder a uma classe de processadores de pequena escala ainda influentes na região.²⁰

Pequenos engenhos de azeite-de-dendê tornaram-se importantes motores econômicos na região, aparecendo no registro escrito no início do século XX, mas permaneceram insignificantes para os funcionários públicos. Um censo comercial feito em 1939 listou 25 tipos de fábricas, grandes e pequenas, em 113 municípios baianos. Estes trabalhos incluíam fábricas de charutos, destilarias de cachaça, fornos de cerâmica e uma série de outras atividades empresariais, porém as instalações de processamento de dendê não tinham uma coluna designada. Em vez disso, enterradas nas margens entre as “observações” genéricas estavam 20 fábricas de dendê, espalhadas por quatro municípios. Das 25 categorias distintas, sete contaram menos instalações do que as 20 encontradas para o dendê.²¹ Portanto, não havia nenhuma razão numérica para desqualificar os processadores de dendê de sua própria categoria. Em vez disso, o processamento de dendê e as paisagens que os sustentavam permaneceriam geralmente invisíveis para as autoridades na Bahia até meados do século XX. Nas décadas seguintes, porém, o governo e as elites comerciais entraram gradualmente na economia do dendê da Bahia para impor visões de cima para baixo para sua modernização e desenvolvimento.

19 No plural “rodões.” Também escrito “roldão.” Diversas entrevistas na Costa do Dendê (2009-2015).

20 Diversas entrevistas na Costa do Dendê (2009-2015).

21 “Quadro demonstrativo das fábricas existentes na Bahia, 1939” APB, Seção Republicano (SR), Secretaria da Viação e Obras Públicas (SVOP), 2609, maço 190. As fábricas de óleo de palma listadas no censo industrial incluíam três em São Felipe e duas em Nazaré (perto do Recôncavo), e no litoral sul, seis em Taperoá, e nove em Valença. Outros centros de produção antiga de óleo de palma documentados em outros lugares, notadamente Camamu, Ituberá, e Jaguaripe, não estão listados; ver Watkins (2015b).

Modernização na paisagem afro-brasileira

Assim que os colonos europeus começaram a construir as primeiras monoculturas de óleo e palma na África e na Ásia (CORLEY; TINKER, 2003), os agrônomos baianos começaram a promover o potencial econômico do dendê na década de 1920. Escrevendo no registro diário oficial da Bahia em 1923, o agrônomo público V.A. Argollo Ferrão (2004) lançou o primeiro apelo à modernização do dendê no estado. “Ainda não temos uma cultura metódica nem uma exploração industrial dos seus produtos”, lamentou. “[O dendezeiro] está destinado a ser uma grande riqueza para o estado [da Bahia], logo que ele for racionalmente cultivado e seus produtos beneficiados por instalações mecânicas modernas” (p. 94). Em um relatório encomendado pela Secretaria de Agricultura da Bahia três anos depois, o agrônomo estadual Carlos Valeriano (1926) ridicularizou os produtores de dendê da Bahia e as complexas paisagens que eles manejavam.

O dendezeiro ainda não mereceu do lavrador o cuidado que a ele já deverá ter dispensado, como a mais rendosa das palmáceas [...]. Não pode existir vegetal agrícola mais rústico. Mas, também, não pode existir processo mais selvícola de se fazer uma exploração agrícola (p. 8271-8272).

Apesar de seu otimismo em relação ao potencial da economia, os agrônomos locais continuaram a enquadrar a *emergente* paisagem afro-brasileira de dendê da Bahia como terras brutas e degradadas que precisavam desesperadamente de modernização (CARDOSO, 1948).²²

Então, nos anos 40, as paisagens de dendê da Bahia de repente se concentraram no cenário internacional. Em meio às disrupções comerciais da Segunda Guerra Mundial, o governo americano enviou ao Brasil, em 1941, uma missão para averiguação de óleos vegetais. Depois de visitar uma estação de pesquisa estatal na Fazenda Mocambo - notável por seus dendezaes *emergentes* e como o local de um terreiro formativo do Candomblé - os cientistas americanos ficaram surpresos com o potencial econômico inexplorado do dendê na Bahia. Eles contaram 37.000 palmeiras *emergentes* somente naquela propriedade, e estimaram pelo menos 300.000 na Ilha da Baía de Itaparica e 1,5 milhões na Bahia no total. Encantados com o “empreendimento de quintal” da Bahia, seu relatório recomendava que o Brasil começasse imediatamente a desenvolver sua agroindústria de dendê à imagem daquela do sudeste asiático colonial e suas monoculturas.²³

Durante sua visita, a missão americana se encontrou com o magnata do óleo vegetal, Conde Francisco Matarazzo e lhe impressionou o potencial lucrativo do dendê na Bahia. Na década seguinte, Matarazzo já havia aberto uma monocultura e uma fábrica de processamento industrial em Ituberá, apropriando-se efetivamente de um centro inicial de produção tradicional de dendê. Quando uma missão francesa subsequente visitou a Bahia em 1959, eles visitaram as instalações de produção da Matarazzo, juntamente com uma plantação de monocultura operada pelo conglomerado Odebrecht em Valença, e uma nova planta industrial de processamento de dendê em Taperoá conhecida como Opalma, todas elas localizadas na Costa do Dendê e apoiadas por investimentos públicos (OLLAGNIER; MARIA-SUBE, 1961). Essa primeira onda de industrialização veio em uma época em que as pequenas fábricas de dendê eram comuns na Costa Sul. Um pequeno processador de dendê mais tarde lembrou que muitos pequenos

²² “Palmeiras,” em *Annaes do Arquivo Público do Estado da Bahia*, vol. 14, Bahia: Imprensa Official do Estado (1927); “PRECISAMOS PRODUZIR MAIS ÓLEOS VEGETAIS” (15 de junho, 1942), APB, Seção Republicano (SR), Secretaria da Agricultura (SA), 2377.148-1.450.

²³ *Report of United States Vegetable Oil Mission to Brazil, March 9 to April 28, 1942* Washington: GPO, 1942. Citação na p. 15.

agricultores, ou “todos com cinco ou seis hectares de dendê tinham um rodão”, naquele início da industrialização.²⁴

Entregue 20 anos após a missão americana, o relatório francês criticou os esforços de modernização em curso e zombou das complexas paisagens de dendê da Bahia. “A produção atual, localizada no Estado da Bahia, provém de exploração irregular e muitas vezes primitiva de palmeiras subespontâneas” (OLLAGNIER; MARIA-SUBE, 1961, p. 6). O relatório associou a economia tradicional do dendê aos afrodescendentes. “Uma quantidade [de dendê] de difícil avaliação e que escapa às estatísticas, entre 1.500 a 2.000 toneladas [por ano], é recolhida pelos negros no estado da Bahia, para as necessidades culinárias e a venda nos mercados” (p. 6).

Os agrônomos franceses classificaram mais tarde essa produção em pequena escala como “artesanal”, uma designação que persiste como uma forma preferida de circunscrever - e finalmente desvalorizar - produtores tradicionais ou não-industriais (p. 18). Essa terminologia rejeita as contribuições empresariais de produtores e processadores em menor escala, enquadrando-os, em vez disso, como artesãos antiquados e ultrapassados, indignos de apoio e desenvolvimento econômico.

Ao pressionar pela modernização, os cientistas franceses foram particularmente intransigentes em sua promoção de variedades híbridas melhoradas. Assim como em suas paisagens nativas na África ocidental, os dendezaís da Bahia foram e continuam sendo dominados por palmeiras *emergentes* da variedade *dura*, cujo mesocarpo fino produz menos óleo quando comparado com o híbrido *tenera*, a variedade comumente usada em monoculturas de óleo de palma em todos os trópicos globais (POKU, 2002; CORLEY; TINKER, 2003; OLIVEIRA, 2009). Para endireitar a paisagem indisciplinada, as autoridades francesas concordaram em abastecer o Brasil com mudas de *tenera* desenvolvidas em seu laboratório colonial na Costa do Marfim, e corporações em todo o Brasil plantaram monoculturas derivadas daquele germoplasma francês durante as próximas três décadas. As parcerias público-privadas se propuseram a substituir as policulturas *emergentes* por monoculturas de palmeiras híbridas melhoradas para tornar *legível* a paisagem de dendê da Bahia (OLLAGNIER; MARIA-SUBE, 1961; CEPLAC; IICA, 1975).

O grupo Opalma começou a plantar híbridos *tenera* e aplicar fertilizantes químicos na Costa do Dendê já em 1959.²⁵ A abordagem da empresa foi multifacetada, no entanto, e o grupo continuou a contar com fornecedores locais para a matéria-prima, comprando até metade de seus frutos frescos (cachos) dos agricultores da área, mesmo depois que suas monoculturas entraram em produção.²⁶ A demanda regular por cachos de dendê ampliou a produção local em pequenas fazendas, onde o aumento do manejo dos dendezaís existentes, bem como o plantio de palmeiras se intensificaram rapidamente. Na década seguinte, um segundo parque industrial, Oldesa, começou a operar na cidade vizinha de Nazaré. Estrategicamente localizada entre o extremo norte da Costa do Dendê e na margem sul do Recôncavo, a nova planta intensificou a produção de dendê nas duas regiões, assim como na Ilha de Itaparica (veja Fig. 2).²⁷

A industrialização estimulou um conjunto de mudanças nas paisagens e na economia do dendê do litoral baiano. Ultimamente, essas mudanças foram muito mais complexas do que a modernização ordenada que seus proponentes previram. Os agricultores reagiram de diferentes maneiras ao novo mercado. Antes da década de 1950, como vimos, as paisagens de dendê

24 Entrevista com um pequeno processador de azeite-de-dendê (**dono de rodão**) no dia 28 de março de 2012 em Cajaíba, distrito de Valença, Bahia.

25 Entrevista com um agrônomo da Opalma, 23 de abril de 2012. Taperoá, Bahia.

26 Entrevista com um gerente da Opalma, 13 de março de 2012. Taperoá, Bahia.

27 Entrevista com um gerente da Oldesa, 5 de abril de 2012. Nazaré, Bahia.

eram constituídas quase que completamente por dendezaís *emergentes*, desenvolvidos através de processos de agricultura de corte-e-queima, seleção e plantas poupadas. No final daquela década, uma queda nos preços regionais da mandioca correspondeu ao aumento da demanda industrial por dendê (DIAS, 1978). Muitos agricultores de mandioca da região responderam diversificando sua produção e promovendo as paisagens de dendê já existentes.

Alguns agricultores simplesmente permitiram que os dendezaís *emergentes* ultrapassassem os campos outrora dominados pela mandioca, outros otimizaram os dendezaís e as policulturas para aumentar a produção, outros ainda começaram a plantar ativamente monoculturas do dendê para vender para as fábricas, e os próprios parques industriais começaram a construir monoculturas de variedades melhoradas com regimes rigorosos de fertilizantes químicos e outros agrotóxicos. Dados dos censos agrícolas da Opalma e do Brasil compilados por Dias (1978, p. 79) mostram um boom na produção de dendê em Valença durante as primeiras décadas de industrialização. Em 1950, o Censo brasileiro contava com 62 toneladas métricas de frutas do dendê processadas por 79 estabelecimentos. Dez anos depois, como a industrialização estava apenas começando na região, o Censo de 1960 contou 160 unidades processando 1.789 toneladas métricas de cachos. Os dados de 1965 fornecidos pela Opalma relacionam 1.435 estabelecimentos de produção produzindo 6.600 toneladas métricas de cachos, um aumento de mais de dez ordens de grandeza em apenas 15 anos. Enquanto os censos anteriores provavelmente não contabilizavam as unidades de processamento em pequena escala e sua produção, o aumento da produção do setor de dendê da Bahia nas décadas de 50 e 60 é inconfundível, e é corroborado pela etnografia. Muitos pequenos produtores e processadores descrevem aquela época como a grande expansão da produção regional do dendê.²⁸

A mecanização generalizada dos processadores do dendê na Bahia ao longo da segunda metade do século XX aumentou bastante a produção, gerando renda e criando empregos rurais. Os processadores típicos de pequena escala empregavam “cortadores” para subir em árvores e cortar frutas frescas, “juntadores” para coletar e transportar as frutas - geralmente com a ajuda de um animal de carga, motoristas para coletar frutas de outros agricultores e diaristas para processar o azeite. No rodão, a tarefa de separar a fibra da fruta (bombá) do azeite era tradicionalmente reservada às mulheres. Cada rodão empregava entre duas e seis “lavadoras de azeite” para espremer manualmente o azeite da fibra em um grande tanque cheio de água proveniente de riachos próximos. Um relatório encomendado em 1999 pela agência federal de pesquisa e extensão agrônômica CEPLAC estimou que as plantas industriais da região empregavam 557 pessoas, enquanto as pequenas operações “artesaniais” (rodões) empregavam 1.991 pessoas e outras 10.000 eram empregadas indiretamente no setor de dendê (SANDE, 2002).²⁹ Embora o relatório provavelmente tenha sofrido com a subcontagem de trabalhadores diretamente empregados por pequenas usinas, ele destaca o impacto econômico desproporcionalmente forte da produção de azeite-de-dendê em pequena escala sobre o emprego na região.

As campanhas de modernização continuaram através de várias fases ao longo das décadas seguintes, com resultados mistos e inesperados manifestados nas paisagens da região. Um estudo da CEPLAC estimou o total das paisagens de dendê da Bahia em 14.403 hectares em 1975, não fazendo distinção entre os dendezaís *emergentes* e as monoculturas (MARIANO, 1975). Um relatório de campo encomendado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura em 1983 estimou a paisagem total de dendê na Bahia em 38.600 hectares, mais

²⁸ A menos que especificado de outra forma, essas afirmações são baseadas em mais de 18 meses de trabalho de campo na região durante os anos 2009, 2010, 2012, 2014 e 2015; ver também Watkins, 2021.

²⁹ Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

que o dobro do número anterior, com os dendezaís “subespontâneos” compreendendo aproximadamente 78% (30.000 hectares) do total (HADCOCK, 1983). Ainda que o relatório de 1975 refira-se às paisagens produtivas da Bahia, o aumento de mais de 167 por cento em apenas oito anos é notável. Ainda mais extraordinário é o crescimento sustentado dos dendezaís *emergentes*, em oposição às monoculturas da variedade híbrida e outros esforços de modernização promovido ativamente pelas autoridades públicas e privadas desde os anos 1920.

Enquanto isso, na região amazônica do Brasil, agentes de desenvolvimento começaram a promover o cultivo do dendê em 1942, quando agrônomos a serviço do governo introduziram sementes dos dendezaís *emergentes* da Bahia em parcelas experimentais em Belém, capital do Pará (HOMMA; FURLAN JÚNIOR, 2001). Com a criação do Programa Nacional de Pesquisa do Dendê, em 1980, as autoridades nacionais de desenvolvimento e agricultura começaram a direcionar sua atenção e recursos para as monoculturas de dendê na Amazônia, talvez cansadas do sucesso limitado da intervenção de cima para baixo e da conversão monocultural na Bahia (HOMMA, 2016).

A Amazônia continua sendo o foco dos programas de desenvolvimento do óleo de palma do Brasil, e a região agora é responsável por 85 por cento da produção nacional. No entanto, estudos menores e programas-piloto de desenvolvimento continuaram em ritmo menor na Bahia até os anos 90, culminando com uma parceria público-privada ambiciosa com a marca “Protocolo Dendê” em 1999 (BAHIA, 2002; SANDE, 2002). Na virada do século XXI, entretanto, a complexidade da paisagem afro-brasileira da Bahia continuou a desafiar os esforços de modernização reducionista. De acordo com a Secretaria de Agricultura da Bahia (SEAGRI), em 2001 os bosques *emergentes* ainda representavam 63% das paisagens de dendezeiros em produção ativa, enquanto os pequenos processadores produziam cerca de 31% do azeite-de-dendê do estado apesar dos recursos limitados, crédito e apoio (MESQUITA, 2002).³⁰

Desde então, as intervenções de desenvolvimento de cima para baixo têm continuado, mais recentemente associadas ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado pelo governo Lula em 2004. Suas cláusulas incluíam subsídios destinados à “inclusão social” de pequenos agricultores e agricultores familiares, incluindo aqueles envolvidos na produção de frutas e processamento de óleo de palma (WILKINSON; HERRERA, 2010; ANDRADE; MICCOLIS, 2011).³¹ Em 2009, agrônomos do governo começaram a distribuir mudas híbridas de *tenera* subsidiadas a pequenos agricultores, e logo em seguida a corporação energética semies-tatal brasileira, Petrobras, começou a produzir pequenas quantidades de biodiesel processado a partir da produção de palma em pequena escala em uma iniciativa vinculada. A participação de pequenos agricultores e agricultores familiares no plano de substituição monocultural foi reduzida na Costa do Dendê. Das 453 pessoas entrevistadas para este projeto de 2009-2015, apenas um pequeno número de agricultores envolvidos em uma única cooperativa de produtores e apenas uma única unidade de processamento de azeite escolheu trabalhar com a Petrobras no programa de modernização subsidiado (WATKINS, 2015b; 2021).

E esse programa teve vida curta. Em setembro de 2016, em resposta à crise política e econômica do Brasil, a Petrobras anunciou que estava encerrando toda a produção de biocombustíveis até pelo menos 2021. O anúncio abrupto foi um golpe devastador não apenas para o

30 Esses dois números provavelmente são inferiores aos valores contabilizados. Os números atualizados que distinguem os dendezaís *emergentes* ou “subespontâneos” das monoculturas não estão disponíveis. Devido ao caráter complexo e fluido das paisagens de óleo de palma da Bahia, é impraticável mapear os locais precisos ou medir a extensão precisa de monoculturas variadas, policulturas e dendezaís *emergentes*, como alguns revisores sugeriram; ver Watkins (2021).

31 Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), ver <http://www.mme.gov.br>

programa nacional de biodiesel do Brasil, mas também para os esforços de modernização do dendê na Bahia. A grande maioria dos agricultores familiares e de pequena escala que optaram por não participar do programa de monocultura-para-biocombustíveis parecia presciente quando o programa desmoronou. Enquanto o PNPB alavancou poder e recursos extraordinários para promover uma visão particular de transformação da paisagem - ou seja, monoculturas *legíveis* – coalizões socioecológicas de pequenos agricultores e processadores de azeite que se juntaram às palmeiras *emergentes* e policulturas diversas da Costa do Dendê continuam a resistir, desafiar e redirecionar intervenções de modernização e desenvolvimento. O término do programa federal de biodiesel confirma a resiliência ecológica, social e política das paisagens complexas do dendê da Bahia e das economias que elas sustentam.

Hoje em dia, Opalma, Oldesa e Mutupiranga Industrial (MIL) continuam operando plantas industriais para o processamento do óleo de palma na Costa do Dendê, com as duas antigas empresas mantendo monoculturas para alimentar seus empreendimentos. As da Opalma abrangem aproximadamente 3.800 hectares, enquanto as da Oldesa, recentemente vendidas a um conglomerado liderado por alemães, compreendem 3.500 hectares. Outros grupos, investidores e agricultores mantêm monoculturas menores de palma na Costa do Dendê da Bahia, mas dados confiáveis sobre o tamanho dessas propriedades continuam indisponíveis. A Agência Brasileira do Censo, IBGE, contabilizou 54.018 hectares totais de dendê colhidos na Bahia em seu estudo divulgado mais recente, mas não distinguiu entre monocultura e dendezaís emergentes (IBGE 2016). Atualmente, paisagens complexas e diversificadas continuam desafiando a imposição de monoculturas *legíveis* de cima para baixo na Bahia, como uma mistura fluida de dendezaís *emergentes*, agroflorestas, pequenas propriedades familiares policulturais e algumas monoculturas agroindustriais continuam a co-constituir a Costa do Dendê (veja Fig. 9).³²



Fig. 9: Um cortador (centro) sobe num pé situado num dendezal *emergente* na Costa do Dendê, distrito de Cajaíba, Valença, Bahia (2012).

32 Essas informações são baseadas em mais de 18 meses de trabalho de campo na região durante os anos de 2009, 2010, 2012, 2014, 2015 e 2019 bem como nos dados do censo agrícola disponíveis on-line: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/>

Considerações finais

Nativa da África Ocidental, a palmeira-de-óleo-africana fornece há muito tempo ao homem óleos ricos em vitaminas e outros materiais úteis em troca de sua preservação básica e coabitação. Durante a expansão colonial além-mar, o óleo de palma africano atravessou o Atlântico como uma contribuição africana transformadora, mas subvalorizada, para o Intercâmbio Colombiano. No Brasil, o dendezeiro colonizou uma variedade de paisagens desde as franjas da Amazônia no Maranhão até a Baía de Guanabara que enquadra o Rio de Janeiro, mas as densas e produtivas paisagens de palmeiras africanas surgiram apenas ao longo das costas do Baixo Sul da Bahia. Colaborando com ecossistemas de manguezais, capoeiras, agricultura de corte-e-queima, agroflorestas diversificadas de cacau cabruca e demandas culturais afro-brasileiras, as paisagens complexas do óleo de palma surgiram como forma e função socioecológica definitiva no litoral do sul da Bahia.

Os projetos culturais, econômicos e ecológicos do colonialismo português obrigaram as conversões em larga escala do bioma da Mata Atlântica da Bahia para monoculturas de açúcar, tabaco e a mandioca brasileira. No entanto, as paisagens que ali surgiram eram ultimamente bem mais complexas. Apesar das atrozes e ostensivas restrições da economia escrava transatlântica, os afrodescendentes e outros resistiram aos mandatos coloniais e, em vez disso, criaram e manejaram uma paisagem afro-brasileira caracterizada por palmas de óleo africanas, mandioca brasileira, florestas de Mata Atlântica de folhas largas, manguezais e comunidades quilombolas. Desenvolvida como uma expressão e base de apoio para as dinâmicas culturais afro-brasileiras, a Costa do Dendê da Bahia permanece um monumento cultural e ecológico nacional à resistência, assim como um meio de vida fundamental para milhares de pessoas. Para os afrodescendentes como Benta, Gaudencia Martins e inúmeros outros, o dendê proveniente de paisagens *emergentes* tornou-se um recurso material vital utilizado para aumentar as precárias condições nutricionais e econômicas. O óleo de palma foi, ao mesmo tempo, um recurso cultural influente utilizado para criar e reproduzir as expressões simbólicas, espirituais, materiais e ecológicas da diáspora africana. *Emergindo* das colaborações humano-ambientais transatlânticas realizadas apesar da violência da economia escravista, as paisagens de dendê ajudaram a situar a Bahia como um centro formativo no Atlântico Negro.

As primeiras autoridades portuguesas mostraram pouco interesse na economia doméstica de dendê da Bahia, cedendo efetivamente seu controle aos afrodescendentes. Funcionários públicos e fazendeiros da elite continuaram a ignorar o potencial econômico das paisagens de dendê da Bahia até que os agrônomos estrangeiros passaram a incentivar os esforços de modernização em meados do século XX. Apesar da resiliência socioecológica da paisagem afro-brasileira da Bahia, seus complexos dendezaís, policultura e paisagens agroecológicas permanecem *ilegíveis* para agentes públicos e privados das elites do Brasil e além, onde a conversão para a monocultura continua sendo o objetivo final de desenvolvimento. Focados unicamente no rendimento monocultural, muitas autoridades continuam a perceber as complexas paisagens de dendê da Bahia meramente como anacronismos pitorescos que precisam desesperadamente de modernização. Em vez de trabalhar com esse complexo sistema, eles procuram reduzi-lo e, conseqüentemente, enfraquecê-lo. Seus programas pressionam os agricultores a substituir as policulturas e os dendezaís subespontâneos por monoculturas à imagem das plantações (pós) coloniais do sudeste asiático, mesmo quando as críticas a esses sistemas agroindustriais continuam a crescer.

Embora as intervenções desenvolvimentistas tenham gerado resultados mistos, inesperados e dinâmicos, até o momento não conseguiram reduzir as complexas paisagens de dendê da Bahia em parcelas *legíveis*, e os dendezaís *emergentes* continuam a prevalecer na Costa do Dendê. Apesar do tratamento preferencial e das vantagens de capital das agroindústrias subsidiadas pelo Governo Federal, os processadores tradicionais da Costa do Dendê continuam a inovar e competir, e continuam a ser fontes proeminentes e preferenciais de dendê na Bahia. A introdução de instalações agroindustriais proporcionou saídas estáveis para frutas produzidas em cultivos de pequena escala e assim ampliou a produção *emergente* e policultural. As imposições de cima para baixo, portanto, só complicaram as culturas e ecologias da Costa do Dendê, em vez de simplificá-las em monoculturas austeras, como pretendido. Em vez disso, os esquemas modernistas constituíram apenas mais um insumo em um sistema complexo, sendo absorvidos pela economia afro-brasileira do dendê da Bahia à medida que continua a proliferar. Na Costa do Dendê da Bahia, as (agro)florestas secundárias e os dendezaís *emergentes* “plantadas por urubus” dividem espaço com policulturas complexas e algumas monoculturas agroindustriais.

Frustrados por comunidades e paisagens resistentes na Bahia, a maioria dos agentes de desenvolvimento do dendê, tanto públicos como privados, realocou seus projetos para a Amazônia, a mais recente fronteira de modernização da produção do óleo de palma do Brasil. Trocando as resilientes paisagens afro-brasileiras da Bahia por subsídios e clareiras desmatadas na Amazônia Legal, as elites agroindustriais estão optando por construir monoculturas modernas a partir do zero, em vez de convertê-las a partir de um sistema agroecológico complexo baseado em séculos de intercâmbios e conhecimentos transatlânticos. Enquanto muitas comunidades baianas ainda resistem à conversão de suas complexas paisagens em monoculturas arriscadas, e assim o fazem não por motivos ideológicos, mas por tomadas de decisão baseadas em raciocínios econômicos e ecológicos. Suspeito que a maioria gostaria de receber apoio estatal que trabalhasse para melhorar, em vez de corroer, a agrobiodiversidade da região e a rede de segurança diversificada que ela oferece.

Este artigo demonstra mais uma vez as limitações das monoculturas modernas e o amplo valor das policulturas agroecológicas. Enquanto paisagens agroecológicas complexas se *auto-organizam* para gerar *propriedades emergentes* – entre elas biodiversidade, segurança alimentar e economias circulares – as monoculturas impedem colaborações interespecíficas, exigindo insumos caros para gerar rendimentos. Em contraste com o isolamento e os riscos assumidos nas monoculturas, as policulturas e outras paisagens biodiversas dependem de interações adaptativas para resistir e absorver choques exógenos. Como sistemas complexos, paisagens agroecológicas como os dendezaís *emergentes* da Bahia abraçam a coletividade e a diversidade, trabalhando constantemente para integrar novas espécies, novos elementos, novas ferramentas e novas ideias em suas redes. Integrantes dessas amplas redes multiespécies, as comunidades agrárias da Bahia têm reproduzido há séculos o conhecimento cultural-ambiental transatlântico para co-produzir abundância ecológica, nutricional e cultural. No conjunto, essa economia complexa *sinergiza* a força coletiva para resistir às incursões socioecológicas e político-econômicas, desde as monoculturas violentas da economia escravista colonial até as desapropriações contemporâneas dos esquemas de modernização neoliberal.

Apesar de sua eficácia demonstrada, os conhecimentos transatlânticos e as relações socioecológicas que sustentam a paisagem afro-brasileira continuam a ser *ilegíveis* para muitos formuladores de políticas, agentes de desenvolvimento e cientistas. Ainda assim, os conhecimentos e práticas agroecológicas desenvolvidas no Brasil, com antecedentes fundamentais na África Ocidental, oferecem sabedoria para uso no desenvolvimento rural contemporâneo em todos os trópicos. Compreender as paisagens e a economia do dendê da Bahia como um sistema

complexo e interativo, coloca em primeiro plano as propriedades coletivas e *emergentes* que colaboram para produzir significado e resiliência. Em contraste com as monoculturas austeras, as policulturas agroecológicas complexas e resilientes, como as que distinguem a Costa do Dendê da Bahia, podem proporcionar soberania ecológica, econômica e alimentar para as comunidades rurais no Brasil e em outros lugares do Sul Global. Ao focar nas sinergias dos complexos sistemas agrícolas, o valor regenerativo oferecido por múltiplas espécies interativas nas iniciativas de desenvolvimento rural torna-se aparente. Dessa forma, as paisagens afro-brasileiras da Costa do Dendê da Bahia oferecem não apenas uma janela para nossa história diversificada, mas também conhecimentos para a produção de culturas como dendê sem sacrificar ecossistemas tropicais, comunidades e meios de subsistência.

Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado por um Prêmio de Pesquisa de Campo Robert C. West, do Departamento de Geografia e Antropologia, Universidade Estadual da Louisiana em 2010, e pelo Programa Fulbright-Hays de Pesquisa de Doutorado no Exterior, financiado em 2012 pela Fundação Andrew W. Mellon como a IIE Graduate Fellowship for International Study. Sou grato a muitas pessoas na Bahia e em outros lugares do Brasil por suas contribuições para este trabalho; Daniel Jesus dos Santos e Urano Andrade de Cerqueira merecem um reconhecimento especial. Agradeço a Rafael Barbi Costa e Santos pela tradução. Qualquer erro ou falha de interpretação são somente de minha responsabilidade.

Referências

- ALPERN, S. B. The European Introduction of Crops into West Africa in Precolonial Times. **History in Africa**, 19: 13–43, 1992.
- ALPERN, S. B. Exotic Plants of Western Africa: Where They Came from and When. **History in Africa**, 35: 63–102, 2008.
- ANDAH, B. W. Identifying Early Farming Traditions of West Africa. In: SHAW, T; SINCLAIR, P; ANDAH, B; OKPOKO, A (orgs.). **The Archaeology of Africa: Food, Metals, and Towns**, 240–254. London; New York: Routledge, 1993.
- ANDRADE, R. M. T; MICCOLIS, A. **Policies and institutional and legal frameworks in the expansion of Brazilian biofuels**. Working Paper 71. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research, 2011.
- ARAUJO, A. L. Introduction to Atlantic approaches on resistance against slavery in the Americas. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, 2 (1): 1–5, 2013.
- ARGOLLO FERRÃO, V. A. A Bahia agrícola. In: **Diário oficial do estado da Bahia: Edição comemorativa ao centenário da independência da Bahia**, 91–98. Salvador: Bahia, Secretaria da Cultura e Turismo, [1923] 2004.
- BACKHOUSE, M. Green grabbing – the case of palm oil expansion in so-called degraded areas in the eastern Brazilian Amazon. In DIETZ, K; ENGELS, B; PYE, O; BRUNNENGRÄBER, A. (orgs.). **The political ecology of agrofuels**, 167–185. London; New York: Routledge, 2015.

Paisagens e resistência na diáspora africana

BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo. **Programa de desenvolvimento turístico da Bahia: Oportunidades de investimentos**. Salvador: Codetur, 1993.

BAHIA, Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Dendê: Programa de Desenvolvimento da Dendeicultura Baiana - Protocolo do Dendê**. Salvador: SEAGRI, 2002.

BALICK, M. J. Amazonian oil palms of promise: A survey. **Economic Botany**, 33 (1): 11–28, 1979.

BALICK, M. J. Current status of Amazonian oil palms. In: PESCE, C; VICTOR, J. D. (orgs.). **Oil palms and other oilseeds of the Amazon**. Algonac, MI: Reference Publications, 1985.

BARICKMAN, B. J. **A Bahian counterpoint: Sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780-1860**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BAY, E. G. **Wives of the leopard: Gender, politics, and culture in the Kingdom of Dahomey**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1998.

BENNETT, J. **Vibrant Matter: A Political Ecology of Things**. Durham and London: Duke University Press, 2010.

BLAUT, J. M. **The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History**. New York: The Guilford Press, 1993.

BONDAR, G. **O dendêzeiro**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

BRASIL (MAPA) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diagnóstico da produção sustentável da palma de óleo no Brasil**. Brasília: MAPA/ACE, 2018.

BROOKS, G. **Landlords and strangers: Ecology, society, and trade in Western Africa, 1000-1630**. Boulder: Westview Press, 1993.

CA' DA MOSTO, A. da. Le cose che invitoreno a Domino Alovise da Ca da Mosto in la navigazione ale terre de Nigri. In: MONTALBODDO, F; ANKENBAUER, N; GHETELEN, H; RUCHAMER, J; ZORZI, A. (orgs.). **Paesi novamente ritrovati - Neue unbekante landte: eine digitale Edition früher Entdeckerberichte**. Wolfenbüttel: Herzog August Bibliothek, [1457] 2012. Disponível em: <http://diglib.hab.de/edoc/ed000145/start.htm>. Acessado em 11 set. 2014.

CÂMARA CASCUDO, L. da. **História da alimentação no Brasil**. 4th ed. São Paulo: Global Editora, [1967] 2011.

CARDOSO, A. M. **Contribuição ao estudo do dendê do Brasil e sua industrialização na Bahia (resumo)**. Salvador: Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia, 1948.

CARNEY, J. A. **Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2001.

CARNEY, J.; RANGAN, H. Situating African Agency in Environmental History. **Environment and History**, 21 (1): 1–11, 2015.

CARNEY, J. A.; ROSOMOFF, R. N. **In the Shadow of Slavery: Africa's Botanical Legacy in the Atlantic World**. Berkeley: University of California Press, 2009.

CARNEY, J. A.; ROSOMOFF, R. N. African Crops in the Environmental History of New World Plantation Societies. In: JOANAZ DE MELO, C; VAZ, E; COSTA PINTO L. M. (orgs.). **Environmental History in the Making**, 173–188. Cham: Springer International Publishing, 2017.

- CARNEY, J. A.; VOEKS, R. A. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. **Progress in Human Geography**, 27 (2): 139–152, 2003.
- CARNEY, J. A.; WATKINS, C. Arroz, protagonismo africano e a transformação ecológica das Américas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 16 (2): e20200089, 2021.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Negros, estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CASTELLANOS-NAVARRETE, A.; JANSEN, K. Oil palm expansion without enclosure: smallholders and environmental narratives. **The Journal of Peasant Studies**, 42 (3–4): 1–26, 2015.
- CASTELLANOS-NAVARRETE, A.; JANSEN, K. Is Oil Palm Expansion a Challenge to Agroecology? Smallholders Practising Industrial Farming in Mexico. **Journal of Agrarian Change**, 2016. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/joac.12195>. Acessado em: 30 nov. 2016.
- CASTILLO, L. E. O terreiro do Alaketu e seus fundadores: História e genealogia familiar, 1807-1867. **Afro-Ásia**, 43: 213–259, 2011.
- (CBERS) “**Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres**” (imagens de satélite) www.cbears.inpe.br
- (CEPLAC) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira and (IICA) Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas. **Diagnóstico socio-económico da região cacaueira**. Ilhéus, Brasil: IICA Biblioteca Venezuela, 1975.
- CHRISTIAN, D. **Maps of Time: An Introduction to Big History**. Berkeley: University of California Press, 2011.
- CLUSIUS, C. **Exoticorum Libri Decem: Quibus Animalium, Plantarum, Aromatum, Aliorumque Peregrinorum Fructuum Historiae Describuntur: Item Petri Bellonii Observationes, Eodem Carolo Clusio Interprete**. Series Totius Operis Post Praefationem Indicabitur. Leiden: ex officinâ Plantianâ Raphelengii, 1605.
- CORLEY, R. H. V.; TINKER, P. B. H. **The Oil Palm**. 4th ed. Oxford; Malden: Wiley-Blackwell, 2003.
- CRANG, M. A.; COOK, I. **Doing Ethnographies**. London: Sage Publications Ltd, 2007.
- CROSBY, A. **The Columbian Exchange: Biological and cultural consequences of 1492**. Westport, CT: Greenwood Publishing, 1972.
- DAMPIER, W. **Dampier's voyages: Consisting of a new voyage round the world, a supplement to the voyage round the world, two voyages to Campeachy, a discourse of winds, a voyage to New Holland, and a vindication, in answer to the chimerical relation of William Funnell**. MASEFIELD, J. (org.). London: E. Grant Richards, 1906.
- D'ANDREA, A. C.; LOGAN, A. L.; WATSON, D. J. Oil Palm and Prehistoric Subsistence in Tropical West Africa. **Journal of African Archaeology**, 4 (2): 195–222, 2006.
- DE LANDA, M. **A thousand years of nonlinear history**. New York: Zone Books, distributed by MIT Press, 2000.
- DEVORE, J. D. Cultivating Hope: Struggles for Land, Equality, and Recognition in the Cacao Lands of Southern Bahia, Brazil. PhD Dissertation (Anthropology). Ann Arbor: University

f Michigan, 2014. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1652006213/abstract/58C3654548EA486FPQ/6> . Acessado em: 15 out. 2017.

DEVORE, J. D. Trees and springs as social property: a perspective on degrowth and redistributive democracy from a Brazilian squatter community. **Journal of Political Ecology**, 24: 644–666, 2017.

DIAS, G. M. **Depois do latifúndio**: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

DUNCAN, N.; DUNCAN, J. Doing landscape interpretation. In: DELYSER, D; HERBERT, S; AITKEN, S; CRANG, M; MCDOWELL, L. (orgs.). **The SAGE handbook of qualitative geography**. Los Angeles; London: Sage, 2010.

DUVALL, C. S. A maroon legacy? Sketching African contributions to live fencing practices in early Spanish America. **Singapore Journal of Tropical Geography**, 30 (2): 232–247, 2009.

DUVALL, C. S. Biocomplexity from the ground up: Vegetation patterns in a West African savanna landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, 101 (3): 497–522, 2011.

EHRET, C. **An African Classical Age**: Eastern and Southern Africa in World History, 1000 B.C. to A.D. 400. Charlottesville: University of Virginia Press, 1998.

EMORY UNIVERSITY. Voyages Database. **Voyages**: The Trans-Atlantic Slave Trade Database, 2009. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acessado em: 3 mar. 2015.

ESCOBAR, A. **Territories of difference**: Place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, A. Postconstructivist political ecologies. In: REDCLIFT, M. R; Woodgate, G. (orgs.). **The International Handbook of Environmental Sociology**, 91–105. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2010.

EVENSON, R. E.; GOLLIN, D. Assessing the Impact of the Green Revolution, 1960 to 2000. **Science**, 300 (5620): 758–762, 2003.

(FAS) Foreign Agriculture Service, US Department of Agriculture. **Table 03: Major Vegetable Oils**: World Supply and Distribution (Commodity View). Washington, D.C.: USDA, 2017. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/>. Acessado em: 14 abr. 2017

FITZHERBERT, E. B.; STRUEBIG, M. J.; MOREL, A.; DANIELSEN, F.; BRÜHL, C. A.; DONALD, P. F.; PHALAN, B. How will oil palm expansion affect biodiversity?. **Trends in Ecology & Evolution**, 23 (10): 538–545, 2008.

GHAZOUL, J.; SHEIL, D. **Tropical rain forest ecology, diversity, and conservation**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

GILROY, P. **The Black Atlantic**: Modernity and Double Consciousness. Harvard University Press, Cambridge, 1993.

GLIESSMAN, S. Agroecology: Growing the Roots of Resistance. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 37 (1): 19–31, 2013.

GOODWIN, B. C. **Nature's due**: healing our fragmented culture. Edinburgh: Floris, 2007.

GRAHAM, R. **Feeding the city**: From street market to liberal reform in Salvador, Brazil, 1780-1860. 1st ed. Austin, TX: University of Texas Press, 2010.

GUIMARÃES, S. **Aspectos econômicos do dendê**: seus produtos e subprodutos. Salvador: CPE, 1961.

HADCOCK, M. W. **Small scale palm oil processing equipment**: A review of its need, potential and economic viability (Brazil). Brasília: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO); United Nations Development Programme, 1983.

HAILA, Y. Beyond the nature-culture dualism. **Biology and Philosophy**, 15 (2): 155–175, 2000.

HAILA, Y.; DYKE, C. (orgs.). **How nature speaks**: The dynamics of the human ecological condition. Durham: Duke University Press, 2006.

HARLAN, J. R.; DE WET, J. M. J.; STEMLER, A. B. L. (orgs.). **Origins of African plant domestication**. The Hague: Mouton, 1976.

HARTLEY, C. W. S. Some Notes on the Oil Palm in Latin America. **Oléagineux**, 20 (6): 359–363, 1965.

HOEHNE, F. C. **Botânica e agricultura no Brasil no século XVI**: pesquisas e contribuições. São Paulo: Companhia editora nacional, 1937.

OLT-GIMÉNEZ, E.; ALTIERI, M. A. Agroecology, Food Sovereignty, and the New Green Revolution. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 37 (1): 90–102, 2013.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia do Cultivo do Dendzeiro na Amazônia**. Belém, PA, Brasil: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

HOMMA, A. K. O.; FURLAN JÚNIOR, J. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: Cronologia. In: MÜLLER, A. A.; JÚNIOR, J. F. (orgs.). **Agronegócio do dendê**: Uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazonia, 191–207. Belém, PA, Brasil: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

(IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal 2015**. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default_xls.shtm. Acessado em 4 mai. 2017.

JACKSON, P.; RUSSELL, P. Life history interviewing. In: DELYSER, D; HERBERT, S; S. AITKEN, S; CRANG; M; MCDOWELL, L. (orgs.). **The SAGE handbook of qualitative geograph**. Los Angeles; London: Sage, 2010.

JOHNSON, A. Ecuador's national interpretation of the Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO): Green-grabbing through green certification? **Journal of Latin American Geography**, 13 (3): 183–204, 2014.

KEESING, F.; OSTFELD, R. S. Is biodiversity good for your health? **Science**, 349 (6245): 235–236, 2015.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Slavery in Brazil**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010.

KNIGGE, L.; COPE, M. Grounded visualization: integrating the analysis of qualitative and quantitative data through grounded theory and visualization. **Environment and Planning A**, 38 (11): 2021–2037, 2006.

KNIGGE, L.; COPE, M. Grounded Visualization and Scale: A Recursive Analysis of Community Spaces. In: COPE, M; ELWOOD, S. (orgs.). **Qualitative GIS: A Mixed Methods Approach**, 95–114. Thousand Oaks: Sage, 2009.

LACERDA, L. D. de.; ARAUJO, D. S. D.; CERQUEIRA, R.; TURCQ, B. (orgs.). **Restingas: Origem, estrutura, processos**. Niterói, Brasil: Universidade Federal Fluminense, CEUFF, 1984.

LATHAM, A. Research, performance, and doing human geography: some reflections on the diary-photograph, diary-interview method. **Environment and Planning A**, 35 (11): 1993–2017, 2003.

LEWICKI, T. **West African food in the Middle Ages: According to Arabic sources**. London; New York: Cambridge University Press, 1974.

LINDER, J. M.; PALKOVITZ, R. E. The Threat of Industrial Oil Palm Expansion to Primates and Their Habitats. In: WALLER, M. T. (org.). **Ethnoprimatology: Primate Conservation in the 21st Century**, 21–45. Cham: Springer International, 2016.

LIU, J.; DIETZ, T.; CARPENTER, S. R.; ALBERTI, M.; FOLKE, C.; MORAN, E.; PELL, A. N.; DEADMAN, P.; KRATZ, T.; LUBCHENCO, J.; OSTROM, E.; OUYANG, Z.; PROVENCHER, W.; REDMAN, C. L.; SCHNEIDER, S. H.; TAYLOR, W. W. Complexity of Coupled Human and Natural Systems. **Science**, 317 (5844): 1513–1516, 2007.

LODY, R. G. **Tem dendê, tem axé: Etnografia do dendezeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

LODY, R. G. (org.). **Dendê: Símbolo e sabor da Bahia**. Salvador: Editora Senac, 2009.

LUZ, M. A. de O. **Do Tronco ao Opa Exin: Memória e dinâmica da tradição africana-brasileira**. Salvador: Editora SECNEB, Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, 1993.

LYNN, M. **Commerce and Economic Change in West Africa: The palm oil trade in the nineteenth century**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2002.

MAHONY, M. A. **The world cacao made: Society, politics, and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919**. New Haven: PhD dissertation, Department of History, Yale University, 1996.

MAHONY, M. A. The local and the global: Internal and external factors in the development of Bahia's cacao sector. In: TOPIK, S; MARICHAL, C; FRANK, Z. L. (orgs.). **From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000**, 174–203. Durham,NC: Duke University Press, 2006.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being. **Cultural Studies**, 21 (2): 240–270, 2007.

MANN, K. **Slavery and the birth of an African city: Lagos, 1760-1900**. Bloomington: Indiana University Press, 2007.

MANSON, S. M. Simplifying complexity: a review of complexity theory. **Geoforum**, 32 (3): 405–414, 2001.

MARIANO, A. H. **Diversificação agropecuária: Cultura do dendê**. Itabuna: CEPLAC, 1975.

MATTOSO, K. M. de Q. A propósito de cartas de alforria: Bahia, 1779-1850. **Anais de História**, 4: 25–52, 1972.

MBA, O.I.; DUMONT, M. J.; NGADI, M. Palm oil: Processing, characterization and utilization in the food industry – A review. **Food Bioscience**, 10, 26–41, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.fbio.2015.01.003>

- MESQUITA, A. S. Do azeite de dendê de Ogum ao palm oil commodity: Uma oportunidade que a Bahia não pode perder. **Bahia Agrícola**, 5 (1): 22–27, 2002.
- MIGNOLO, W. D. *The idea of Latin America*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2005.
- MILLER, J. C. **Way of death**: Merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730–1830. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.
- MITCHELL, M. **Complexity**: A guided tour. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.
- NISHIDA, M. Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Brazil, 1808–1888. **The Hispanic American Historical Review**, 73 (3): 361–391, 1993.
- OLIVEIRA, H. P. de. Dendê: Aspectos botânicos, agronômicos, ecológicos e econômicos. In: LODY, R. G. da M. (org.). **Dendê**: Símbolo e sabor da Bahia, 25–52. Salvador: Editora Senac, 2009.
- OLLAGNIER, M.; MARIA-SUBE, C. **Relatório sobre os oleaginosos no Brasil**: Pesquisa agrônômica e possibilidade de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto de Óleos, 1961.
- PARÉS, L. N. **The formation of Candomblé**: Vodun history and ritual in Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2013.
- PEREIRA, D. P. **Esmeraldo de situ orbis**. London: Hakluyt Society, [1506] 1937.
- POKU, K. **Small-Scale Palm Oil Processing in Africa**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2002. Disponível em: <http://www.fao.org/DOCREP/005/y4355e/y4355e00.html>
- POSTMA, J. **The Dutch in the Atlantic slave trade, 1600-1815**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- POTTER, L. **Managing oil palm landscapes**: A seven-country survey of the modern palm oil industry in Southeast Asia, Latin America and West Africa. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2015. Disponível em: <http://www.cifor.org/nc/online-library/browse/view-publication/publication/5612.html>. Acessado em 10 abr. 2016.
- PYE, O; BHATTACHARYA, J. **The Palm Oil Controversy in Southeast Asia**: A Transnational Perspective. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2013.
- RADCLIFFE, S. A. Geography and indigeneity I: Indigeneity, coloniality and knowledge. **Progress in Human Geography**, 41, 220–229, 2017.
- REIS, J. J.; AZEVEDO, E. (orgs.). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- REIS, J. J.; DA SILVA, E. **Negociação e conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil**: A história do levante dos malês em 1835. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ROCHELEAU, D. E. Political ecology in the key of policy: From chains of explanation to webs of relation. **Geoforum**, 39 (2) :716–727, 2008.
- ROCHELEAU, D. E. Rooted Networks, Webs of Relation, and the Power of Situated Science: Bringing the Models Back down to Earth in Zambrana. In: GOLDMAN, M. J; NADASDY, P; TURNER, M. D. (orgs.). **Knowing Nature**: Conversations at the Intersection of Political Ecology and Science Studies, 209–226. Chicago and London: University of Chicago Press, 2011.

ROCHELEAU, D.; ROTH, R. Rooted networks, relational webs and powers of connection: Rethinking human and political ecologies. **Geoforum**, 38 (3): 433–437, 2007.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

RIVAL, A.; LEVANG, P. **Palms of controversies: Oil palm and development challenges**. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2014. Disponível em: <http://www.cifor.org/library/4860/palms-of-controversies-oil-palm-and-development-challenges>. Acessado em: 24 mai. 2015.

SALVADOR, F. V. do. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889.

SANDE, L. **Diagnóstico da cadeia produtiva do dendê no baixo sul da Bahia: Produção, beneficiamento, consumo**. Unpublished internal diagnostic report prepared by agronomists at CEPLAC for Bahian state agencies Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração da Bahia and Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia, 2002.

SAUER, C. O. The Morphology of Landscape. **University of California Publications in Geography**, 2, 19–53, 1925.

SCHNEIDER, J. T. **Dictionary of African borrowings in Brazilian Portuguese**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1991.

SCHWARTZ, S. B. The Manumission of Slaves in Colonial Brazil: Bahia, 1684-1745. **The Hispanic American Historical Review**, 54 (4):603–635, 1974.

SCHWARTZ, S. B. **Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SCHWARTZ, S. B. **Slaves, peasants, and rebels: Reconsidering Brazilian slavery**. Urbana; Chicago: University of Illinois Press, 1992.

SCHWARTZ, S. B. The Mocambo: Slave Resistance in Colonial Bahia. In: PRICE, R. (org.). **Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas**, 202–226. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1996.

SCOTT, J. C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.

SHIVA, V. **The violence of the green revolution: Third World agriculture, ecology, and politics**. London; Atlantic Highlands, N.J.; Penang, Malaysia: Zed Books; Third World Network, 1991.

SLUYTER, A. **Black Ranching Frontiers: African Cattle Herders of the Atlantic World, 1500-1900**. New Haven and London: Yale University Press, 2012.

SOUSA, G. Regimento de Gaspar de Sousa, de 6 de outubro de 1612. In: MENDONÇA, M. C. de. **Raízes da formação administrativa do Brasil**, 413–436. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1612] 1972.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, K. F. P. V. **Através da Bahia: Excerptos da obra Reise in Brasilien**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1938.

STUDART, G. (org.). Cópia de alguns capítulos do regimento do governador do Maranhão, que se passou a Francisco Coelho de Carvalho. In **Documentos para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará**, 236–243. Typographia Minerva, 1909.

TWITTY, M. **The cooking gene: A journey through African American culinary history in the Old South**. New York: Amistad; HarperCollins, 2017.



(UFBA) Universidade Federal da Bahia. **Projeto GeografAR**, 2010. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br>. Acessado em 7 nov. 2013.

(UNEP) United Nations Environment Programme. **Oil palm plantations: Threats and opportunities for tropical ecosystems**. Global Environmental Alert Service (GEAS), dez. 2011. Disponível em: http://www.unep.org/pdf/Dec_11_Palm_Plantations.pdf. Acessado em: 2 jul. 2015.

(USGS) United States Geological Survey. **Landsat 7 GLS** (satellite imagery), 2010. Disponível em: <http://landsat.usgs.gov/>. Acessado em: 7 nov. 2013.

VALERIANO, C. Agricultura, Industria e Pecuaria: O Dendezeiro. In **Diário Oficial do Estado da Bahia**, vol. XI, no. 181, 8271–8273. Salvador: Imprensa Oficial, 1926.

VAN NORMAN, W. C. **Shade grown slavery: The lives of slaves on coffee plantations in Cuba**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2013.

VERGER, P. **Trade relations between the Bight of Benin and Bahia from the 17th to 19th centuries**. Translated by Evelyn Crawford. Ibadan: Ibadan University Press, 1976.

VERGER, P. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga costa dos escravos, na África**. São Paulo: EDUSP, 1999.

VILHENA, L. dos S. **A Bahia no século XVIII**. Salvador, Bahia, Brazil: Editôra Itapuá, [1802] 1969.

VILLELA, A. A., JACCOUD, D. B., ROSA, L. P.; FREITAS, M. V. Status and prospects of oil palm in the Brazilian Amazon. **Biomass and Bioenergy**, 67: 270–278, 2014.

VOEKS, R. A. **Sacred Leaves of Candomblé**. Austin, TX: University of Texas Press, 1997.

VOEKS, R.; RASHFORD, J. (orgs.). **African Ethnobotany in the Americas**. 2013th ed. New York; London: Springer, 2012.

WATKINS, C. Dendezeiro: African Oil Palm Agroecologies in Bahia, Brazil, and Implications for Development. **Journal of Latin American Geography**, 10 (1): 9–33, 2011.

WATKINS, C. African oil palms, colonial socioecological transformation and the making of an Afro-Brazilian landscape in Bahia, Brazil. **Environment and History**, 21 (1): 13–42, 2015a.

WATKINS, C. **An Afro-Brazilian landscape: African oil palms and socioecological change in Bahia, Brazil**. Baton Rouge: PhD dissertation, Department of Geography and Anthropology, Louisiana State University, 2015b.

WATKINS, C. **Palm Oil Diaspora: Afro-Brazilian Landscapes and Economies on Bahia's Dendê Coast**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2021.

WATKINS, C.; VOEKS, R. A. A Mata Transatlântica: Afrodescendentes e transformação socioecológica no litoral da Bahia. In: CABRAL, D.; BUSTAMANTE, A. (orgs.). **Metamorfoses florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica brasileira**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

WATSON, A.; TILL, K. E. Ethnography and participant observation. In: DELYSER, D.; HERBERT, S.; AITKEN, S.; CRANG, M.; MCDOWELL, L. (orgs.). **The SAGE handbook of qualitative geography**. Los Angeles; London: Sage, 2010.

WHATMORE, S. **Hybrid geographies: Natures, cultures, spaces**. London: Sage Publications, 2002.

WHATMORE, S. Materialist returns: Practising cultural geography in and for a more-than-human world. **Cultural Geographies**, 13, 600–609, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1474474006cgj3770a>.

WILKINSON, J.; HERRERA, S. Biofuels in Brazil: debates and impacts. **Journal of Peasant Studies**, 37 (4): 749–768, 2010.

WINKLER, J. A. Embracing Complexity and Uncertainty. **Annals of the American Association of Geographers**, o (0): 1–16, 2016.

WOLF, E. **Europe and the people without history**. Berkeley: University of California Press, 1982.

ZEVEN, A. C. The origin of the oil palm (*Elaeis guineensis* Jacq.). **Journal of the West African Institute for Oil Palm Research**, 4: 218–225, 1965.

ZEVEN, A. C. **The semi-wild oil palm and its industry in Africa**. Wageningen: Centre for Agricultural Publications and Documentation, 1967.

ZEVEN, A. C. The partial and complete domestication of the oil palm (*Elaeis guineensis*). **Economic Botany**, 26 (3): 274–279, 1972.

ZIMMERER, K. S. Report on Geography and the New Ethnobiology. **Geographical Review**, 91 (4): 725–734, 2001.

ZIMMERER, K. S. Biological Diversity in Agriculture and Global Change. **Annual Review of Environment and Resources**, 35 (1): 137–166, 2010.

